

**Segurança Pública Municipal:
Um Programa para Porto Alegre**

Luiz Eduardo Soares
e equipe da consultoria

Índice

I.1. Do passado ao futuro: localismo, capilaridade e o novo cosmopolitismo das metrópoles globais.....	3
I.2. Fazer Segurança pública municipal com que instrumento?.....	7
II. As Características de uma Política de Segurança Municipal e a Delimitação de seu foco principal: o tráfico de armas e drogas e a juventude.....	8
III. A Experiência Internacional.....	14
IV. Matriz de Gerenciamento Integrado.....	19
V. Cidade Educadora: A rede transversal da paz e a cidadania virtual.....	23
VI. Segundo foco: os crimes contra o patrimônio.....	25
VII. Terceiro Foco: a violência doméstica contra mulheres e crianças - Estratégias de combate à violência contra a mulher.....	32
VIII. Quarto Foco: a reinserção comunitária dos egressos do sistema penitenciário.....	44
IX. Studio experimental multimeios ou estação popular de invenção cultural: uma janela para outro mundo possível - Ruptura reflexiva, metalinguagem e reconhecimento.....	46
X. Biografias Futuras.....	50
XI. Circuito da Paz.....	51
XII. Esporte, jogo e a educação para uma sociabilidade democrática.....	52
XIII. Artes Marciais.....	53
XIV. Transversalidade geracional e revalorização dos laços familiares.....	55
XV. Guarda Municipal.....	57
XVI. Na Restinga.....	58

I.1. Do passado ao futuro:

localismo, capilaridade e o novo cosmopolitismo das metrópoles globais

Desde 1988, para justificar seu imobilismo a maioria dos municípios tem recorrido à alocação constitucional de responsabilidades, em cujos termos a segurança pública é matéria pertinente à esfera de autoridade dos estados. Quem perde é a população, mas os prefeitos, com raras exceções, disfarçam sua impotência, desinteresse, incompetência ou descompromisso (conforme o caso), atrás desse biombo formalista e lavam as mãos. Entretanto, nos últimos anos, a criminalidade violenta tem alcançado níveis tão dramáticos, que segurança converteu-se em tema prioritário da agenda pública, inclusive nos municípios. Essa focalização tem se dado com tal intensidade, que o discurso autocomplacente e defensivo dos candidatos aos governos municipais vem perdendo capacidade persuasiva. Há cada vez menos espaço político para que se exorcizem culpas, reafirmando-se delimitações constitucionais. Os eleitores não querem mais saber se o problema é federal, estadual ou municipal. Querem soluções. Desejam optar entre propostas viáveis, práticas e urgentes.

O novo quadro político começou a gerar respostas inovadoras e impulsionou iniciativas pioneiras, inclusive no campo das esquerdas. Alguns municípios estão criando secretarias municipais de segurança, adjetivando-as ou não, como Santo André, Guarulhos, Mauá, Campinas, Jacareí, Ribeirão Preto (governos do PT), Uberlândia (PMDB da linhagem “autêntica”) e Vitória (PSDB com alma da velha tradição PCB e vínculos ideológicos com o PPS), entre outros. Porto Alegre, em certo sentido postergou decisões mais ousadas e definitivas, mas, por outro lado, antecipou-se: em vez de criar uma agência institucional, preferiu investir na elaboração de uma política, para que, das necessidades de implantação do programa derivem-se as decisões relativas ao formato institucional que virá a assumir, no futuro, o ator responsável pela segurança pública, no âmbito do município. Essas iniciativas coincidem com um duplo movimento muito positivo e de grande significação política, sobre o qual me deterei adiante: o PT redescobriu o tema e decidiu enfrentá-lo, em sua especificidade; paralelamente, os conservadores começam a reconsiderar sua postura usual, responsável pela situação desastrosa que o país vive, nessa área.

A nova atenção municipal à segurança pública, convergente com o descongelamento de posições dogmáticas, à direita e à esquerda, e com o agravamento da crise do setor, marcada pela decomposição das instituições policiais, em muitas regiões do país (é preciso, aqui, cuidado para evitar generalizações injustas), pode conduzir à dinamização de um processo de reformas que, abrindo ao debate questões institucionais, aponte na direção de uma tendência à municipalização dos serviços de segurança pública, na rota já trilhada por educação e saúde.

Apesar dos riscos de apropriação privada dos serviços públicos de segurança, por parte das elites locais, nas pequenas cidades –riscos, de resto, sempre presentes, qualquer que seja o formato institucional, do que dá testemunho a situação que vivem, hoje, muitos pequenos e médios municípios brasileiros-, há vantagens evidentes na gestão municipal: a presença capilar das agências governamentais tende a facilitar a operação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle externo democrático, de articulação com a sociedade, de planejamento sensível às peculiaridades de bairros e comunidades, e de avaliação sistemática das políticas públicas. Governos municipais credenciam-se a ser mais competentes e abertos à participação popular. Por outro lado, o processo de globalização tende a aproximar, estabelecer conexões e instaurar processos de contágio político entre os contextos locais e universais, o que torna as circunstâncias singulares dos pequenos centros permeáveis ao acompanhamento crítico comparativo de uma audiência política mais ampla e, portanto, suscetíveis de monitoramento corretivo por parte dos atores transversais, como os partidos. O inverso também é verdadeiro: as experiências locais, por diferentes meios e em níveis diversos, exercem impacto sobre as dinâmicas universais, o que tende a politizar as contingências antes limitadas a âmbitos restritos e provincianos.

Porto Alegre há muito deixou de ser apenas mais um município brasileiro. Com o Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, consagrou, no imaginário transnacional, sua personalidade política singular, formada ao longo da última década, graças ao êxito das administrações populares e à sua capacidade de reinventar, parcialmente –com a introdução do Orçamento Participativo-, a própria institucionalidade, em cujos marcos se travam as disputas políticas locais -sem prejuízo do respeito devido aos limites constitucionais de que depende nossa recentíssima experiência democrática nacional. Nesse sentido preciso, nossa cidade (“glocal”, como diria o professor Roland Robertson) é o exemplo dessa complexa simbiose entre os domínios local e mundial. Seria, a meu juízo, grave equívoco governá-la negligenciando a dimensão global, isto é,

os compromissos de Porto Alegre com seu lugar de co-liderança internacional, os quais envolvem a necessidade de compatibilizar, permanentemente, soluções a problemas, tanto *ad hoc* quanto estruturais, com a ousadia do pioneirismo nos métodos adotados e na substância das políticas públicas aplicadas. Pioneirismo que, por sua vez, implica criatividade conceitual e prática, cujos limites se resumem ao primado da consistência e dos compromissos éticos, quer dizer, criatividade imaginativa, reflexiva, ou seja, crítica e autocrítica, mas inexoravelmente refratária às tentações populistas do improviso voluntarista. Em outras palavras, ou a liderança de Porto Alegre será também intelectual –ou cultural, em um sentido bastante específico do termo-, no campo mundial das esquerdas, ou seus êxitos serão efêmeros e terminarão neutralizados pela emergência de novos paradigmas, que venham a articular novos critérios de juízo político, nova agenda societária, novo discurso governamental, com seus valores e símbolos, vinculados a novos conjuntos de práticas (métodos e políticas públicas).

Diz-se isso por dois motivos. Primeiro porque a liderança pessoal de Tarso Genro e as características predominantes de seu governo expressam esta perspectiva e procuram dar curso aos compromissos implicados nesta visão da cidade como “sujeito político” –para usar a fórmula empregada pelo próprio prefeito-, no espaço híbrido, nacional e transnacional. Segundo, porque as tarefas da consultoria de segurança devem ser compreendidas a partir dessa referência. Parte das atribuições da consultoria é o trabalho de articulação nacional –sobretudo com os interlocutores especializados e os formadores de opinião- e internacional. Articulação que situe, na área da segurança pública, Porto Alegre e seu governo em uma posição de pioneirismo intelectual e político.

A liderança de Porto Alegre na área da segurança pública vem sendo gestada por uma cuidadosa e prudente tessitura, simultaneamente à participação na fundação desse campo. Essa simultaneidade de operações facilita e dificulta o processo. O resultado dependerá de nossa agilidade, de nossa competência e de nossa capacidade de universalizar nossos procedimentos, discursos e pontos de vista, disseminando uma linguagem comum e construindo um consenso entre os principais interlocutores. Vejo esse esforço como parte da luta por hegemonia na sociedade brasileira.

Desde já, salta aos olhos um problema: uma vez definido um programa, onde inscrevê-lo? A que agência pública municipal transferir a responsabilidade por sua execução? A resposta torna-se mais difícil, quando se entende que essa responsabilidade ultrapassa a implementação do programa, na medida em que envolve sua reelaboração

continuada, segundo reavaliações sistemáticas e a formulação de novos diagnósticos (os quais deveriam orientar-se por abordagens transdisciplinares). Torna-se ainda mais difícil quando se compreende que essa responsabilidade abrange a preservação e ampliação de uma rede nacional e internacional de interlocução, a partir da qual o protagonismo intelectual e político possa afirmar-se com legitimidade e sobre bases substantivas. Essas exigências impõem à futura agência e a seus titulares contatos estreitos e orgânicos com a vida acadêmica e universitária gaúcha, nacional e internacional, sobretudo com os pesquisadores especializados, assim como diálogo regular com as organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras, e com as instituições que atuam no campo da segurança pública dos estados -particularmente as polícias- e da União, além do estabelecimento de uma relação positiva, de confiança e respeito, com a opinião pública local e nacional. Sobre esse ponto, pretendo deter-me adiante.

Dada a extraordinária complexidade da segurança pública, em seus múltiplos recortes, e a profundidade das exigências derivadas da invenção de um novo campo ou de um novo ângulo de recorte de problemas e de soluções, a segurança municipal, campo pressionado por limitações constitucionais e a exiguidade de instrumentos institucionais específicos, e considerando-se as necessidades assinaladas no parágrafo anterior, talvez venha a se tornar inescapável a proposta de criação de uma agência governamental especializada: uma secretaria de segurança municipal, cujas interfaces com as secretarias sociais, com o movimento ou a secretaria dos Direitos Humanos e com os órgãos da Justiça, sejam amplas e enfaticamente focalizadas, nas articulações políticas e na definição das políticas, mas cuja esfera de autonomia corresponda à magnitude e à especificidade do desafio a enfrentar.

Essa hipótese corresponderia a um posicionamento político bastante claro, certamente tensionado, aqui em Porto Alegre, por resistências poderosas, porém importante, seja para a qualidade do trabalho que se deseja realizar, seja para a supressão das ambiguidades ideológicas e doutrinárias que ainda obscurecem visões e obstam compromissos práticos, servindo à manipulação dos setores conservadores que apostam na confusão e no imobilismo, porque precisam do fracasso do projeto de requalificação da esquerda democrática. Para mim, esse “projeto” é o movimento político-cultural que poderia tornar a esquerda brasileira (não só o PT, mas, é claro, fundamentalmente, o PT) contemporânea de seu tempo, isto é, finalmente liberada dos

fardos doutrinários, estreitos e dogmáticos do século XIX e contemporânea do século XXI.

I.2. Fazer segurança pública municipal com que instrumento?

O primeiro problema para a definição de uma política de segurança municipal não está propriamente na identificação das dinâmicas criminais e das formas da violência, ou na análise de sua gênese e de suas interconexões perversas com processos sociais determinados, até porque esses passos não se distinguem das etapas de trabalho com que se defrontam os agentes convencionais da segurança pública estadual. O primeiro problema está na construção de instrumentos operacionais. De que adianta identificar fenômenos e delimitar focos de ação, quando faltam recursos para realizá-la? A mesma carência produz efeitos no âmbito do diagnóstico e da formulação, é claro; no entanto, essa deficiência pode mais facilmente ser suprida com competências e recursos já instalados em outros setores institucionais. A falta de instrumentos operacionais é que constitui a fonte das dificuldades mais urgentes e imediatas. Nos municípios, o único instrumento especificamente voltado para a segurança são as Guardas Municipais (quando elas existem). Nossa Guarda será objeto de um diagnóstico institucional, que fornecerá as bases para um projeto específico de reforma e valorização. De todo modo, desde já vale assinalar que a segurança pública municipal não pode depender exclusivamente da Guarda, ainda que bem composta, eficiente e bem articulada com as instituições policiais. Segurança pública exige muito mais.

II. As Características de uma Política de Segurança Municipal

e a Delimitação de seu foco principal:

o tráfico de armas e drogas e a juventude

Estudos internacionais divergem quanto às causas da criminalidade, da violência e de sua redução. Não há consenso. A controvérsia é da natureza mesma do problema, dada sua extraordinária complexidade. O mesmo vale, e pelos mesmos motivos, para a definição de critérios de avaliação da *performance* policial ou das políticas de segurança. Certamente, as condições econômicas jogam algum papel relevante, mas não relativamente a todas as formas de criminalidade e violência, e não sem mediações diversas. Por exemplo, nada indica que a violência contra a mulher e contra as crianças, que ocorrem principalmente na esfera doméstica, tenham qualquer relação com fatores como classe social, situação sócio-econômica, desigualdade, etc... Nesses casos, parece que os condicionantes mais significativos são culturais e comportamentais, ainda que possa haver efeitos de combustão entre, por exemplo, desemprego, alcoolismo e cultura violenta com vetor misógino. De todo modo, seria preciso sempre distinguir os tipos de práticas criminosas e analisá-las isoladamente, assim como seria necessário diferenciar miséria e desigualdade, identificando, nesta, significados culturais distintos e contraditórios. Além disso, os contextos históricos e políticos também podem ser relevantes. Apesar de tanta polêmica e incerteza, duas hipóteses alcançaram razoável grau de consenso: (a) as políticas de segurança podem se constituir em variáveis significativas, dependendo das condições em que se aplica e do tipo de criminalidade que a análise destaca; (b) a presença relativa na população de jovens do sexo masculino é fator positivamente associado à maior parte dos tipos de prática delituosa.

Na situação brasileira, e Porto Alegre não teria porque ser exceção, creio que há a combinação de alguns fatores, que reputo decisivos:

- (1) na esfera da criminalidade, prepondera a articulação entre tráfico de drogas e de armas, como matriz da economia clandestina, que orienta a delinquência como prática utilitária;

- (2) o tráfico de drogas é alimentado pelo mercado que lhe é cativo e, graças à irracional política vigente de drogas, condenado à clandestinidade e ao envolvimento com a dinâmica dos homicídios dolosos e de alguns delitos vicários, como roubos, furtos e latrocínios;
- (3) o tráfico de drogas financia as armas e, apropriando-se delas, potencializa seus efeitos destrutivos, direta e indiretamente: pelo uso imediato, nas disputas territoriais, e através do impulso, seja ao desenvolvimento de várias outras formas de criminalidade, seja à intensidade de sua violência;
- (4) a disponibilidade de armas constitui uma fonte autônoma de criminalidade violenta (na cidade de São Paulo, 65% dos homicídios dolosos têm causas “fúteis”, quer dizer, não existiriam se não houvesse, no momento da explosão das emoções, uma arma disponível –não há dados sobre Porto Alegre, mas tudo indica que a dinâmica seja semelhante);
- (5) as armas fluem com facilidade e em grande quantidade para o “mundo do crime” (nesse universo, elas são, em sua maioria, leves –pistolas e revólveres- e nacionais) por quatro razões principais: (a) as indústrias, Taurus e Rossi, negligenciam suas responsabilidades e vendem sem qualquer controle, com o que se tornam cúmplices, por omissão, da própria criminalidade; (b) o Exército, responsável pela fiscalização, também é criminosamente omissivo e arquiva os dados falsos originalmente obtidos pelas indústrias, nas operações de venda, sem checá-los; (c) a Polícia Federal é incompetente no controle do contrabando (particularmente, o que previsivelmente provém do Paraguai, sobretudo da cidade de Porto Juan Caballero), de onde retornam as armas brasileiras, exportadas para comerciantes da fronteira; (d) os cidadãos de bem auxiliam o crime, indiretamente, porque ainda as compram, iludindo-se com o poder defensivo que supostamente proporcionam, ignorando as pesquisas que demonstram, à exaustão, que a arma da vítima apenas a torna mais vulnerável, além de produzir outros efeitos perversos, entre eles o aumento, via roubo, do número de armas em posse de criminosos;
- (6) o tráfico de drogas e armas prospera não só porque conta com uma demanda em expansão (os Estados Unidos gastaram US\$ 100 bilhões, no ano 2000, na guerra contra as drogas e seu consumo continuou a crescer, naquele país, enquanto decresceu na Holanda, onde se realiza uma das experiências mais bem sucedidas de descriminalização das drogas. Na Europa, as experiências liberalizantes de

Holanda, Suíça e Portugal, já estão sendo acompanhadas, ainda que timidamente, pela Inglaterra. Itália, Espanha e Escócia preparam-se para adotar políticas no mesmo sentido). Há também, no Brasil, outra razão: o terreno fértil para a cooptação de jovens. Um número imenso de meninos e rapazes pobres, fora da escola e sem emprego, sobretudo sem esperança, sem expectativa de integração à sociedade de consumo –em cuja celebração permanente, cotidianamente reiterada pela mídia, foram socializados-, que é glamourosa, sedutora, mas inclemente com os excluídos;

(7) o tráfico recruta seu jovem exército mobilizando recursos de naturezas distintas e complementares: o dinheiro e a arma. Arma é símbolo de poder, restaurador da visibilidade social perdida; é ícone de potência e virilidade; é instrumento da autoafirmação narcísica, da valorização da autoestima e do acolhimento. Um jovem (o protagonista desta saga é quase sempre do sexo masculino) pobre e negro é quase um ser social invisível, sobretudo se lhe falta um lugar afetivamente sólido e estável na família e na comunidade: sem lugar, sem identidade positiva, para a sociedade, esse menino é um corpo-sem-espírito. Com a arma, graças à arma, ele é visto, reconhecido, respeitado e passa a pertencer a um grupo, que lhe dá funções importantes e lhe atribui responsabilidades. Graças à imposição do medo, o outro lhe devolve a presença evanescente, no jogo cruel e perigoso de uma dialética perversa. A ameaça de destruição, de extinção do outro, de negação da presença alheia pela mediação do ataque armado, promove a autoconstituição subjetiva. Claro que o preço desse pacto Fáustico é elevadíssimo e se abate sobre o beneficiário desse exercício prático-simbólico do poder, condenando-o à negação e à violência, que se convertem, portanto, em condição de presença significativa, de visibilidade social, de humanidade -a humanidade que se conquista, assim, pelo avesso, pela mediação virtual da morte voluntária, preserva-se como o avesso da humanidade, isto é, como onipotência e seu efeito, que é também sua antítese, sua negação e sua realidade essencial: a fragilidade extrema;

(8) sendo o tráfico de drogas e armas o coração do problema da criminalidade, da violência e da criminalidade violenta, qualquer política de segurança, em qualquer esfera de execução, teria de focalizá-lo, tomá-lo como alvo prioritário de suas ações, visando, pelo menos, reduzir seus efeitos e seu potencial destrutivo. Observe-se que, infelizmente, em Porto Alegre já há pequenos

territórios dominados por traficantes armados, já há articulações criminosas com policiais, para garantir o varejo, nas vilas, já há pequenas tiranias inviabilizando a liberdade da vida comunitária e o funcionamento normal das escolas;

- (9) no plano federal, há o Congresso Nacional, para cujos membros dever-se-ia colocar a tarefa inadiável de alterar a política de drogas, modificando a legislação pertinente, no sentido de que se restitua a liberdade individual, garantindo, entretanto, que seu exercício não imponha prejuízos e limites à liberdade alheia. Isso implicaria a regulamentação do mercado das drogas e o fim do comércio clandestino, o que produziria uma desaceleração drástica no tráfico de armas. Há também, nesse plano, a possibilidade de aperfeiçoar o desempenho da polícia federal -no combate ao contrabando de armas e à lavagem de dinheiro- e a fiscalização do Exército sobre a circulação das armas. Ao Congresso também caberia cercear com mais rigor o comércio de armas.
- (10) no plano estadual, há muito o que fazer com as polícias, voltando-as para a investigação inteligente sobretudo “do atacado” do tráfico de armas e drogas, não apenas do varejo, e as redirecionando para a intervenção preventiva, especialmente pela via do policiamento comunitário;
- (11) no plano municipal, o que resta e cumpre fazer é *disputar menino a menino com o tráfico*, competindo pelo recrutamento de cada jovem vulnerável à cooptação criminosa, oferecendo-lhe as mesmas vantagens, materiais e simbólico-afetivo-psicológicas, que o “crime” oferece: por um lado, capacitação para o mercado de trabalho, emprego, acesso aos bens de consumo; por outro, acolhimento, experiências alternativas de pertencimento, instrumentos de autoconstituição subjetiva e de autopromoção narcísica, meios de restauração de sua visibilidade social (indissociáveis de valores positivos, vinculados à cultura da paz e da sociabilidade solidária);
- (12) para fazê-lo, não basta que o governo municipal e que a sociedade civil de Porto Alegre disponham de recursos e projetos contra a exclusão social; é indispensável que esses projetos operem nas duas dimensões, material e simbólica, e sejam capazes de atingir, isto é, sensibilizar e beneficiar esses meninos em situação de risco, permeáveis à interpelação do tráfico. Por outro lado, lograr atingir o grupo mais vulnerável supõe a capacidade de identificá-lo.

Observe-se esse ponto, decisivo para quem pensa a especificidade da segurança pública municipal: não havendo polícias à disposição do gestor e considerando-se as limitações intrínsecas à Guarda Municipal -mesmo renovada, reorganizada e com funções ampliadas-, só resta ao governo municipal a intervenção preventiva. Isso significa que as limitações podem se tornar uma virtude, dado que essa modalidade de intervenção frequentemente é mais consistente, desde que seja qualificada, o que, por sua vez, supõe que ela seja compreendida em um sentido bastante específico: intervenção efetivamente capaz de prevenir a violência e a criminalidade é aquela que visa alterar as condições propiciatórias imediatas, aquelas diretamente ligadas às práticas que se deseja eliminar; não é a ação voltada para a mudança de estruturas sociais injustas, cujos efeitos provavelmente exerceriam algum impacto futuro desacelerador sobre as dinâmicas criminais -ainda que esta deva ser realizada em grande extensão, por suas virtudes intrínsecas.

Sobre o modo de enfrentar o problema, competindo com o poder de atração do tráfico e disputando, com efetivas chances de êxito, memino a menino, há toda uma agenda a listar e executar. Os contornos gerais estão claros: sabemos que o grupo mais vulnerável é jovem e pobre, geralmente do sexo masculino, e representa o contingente sob maior risco de dois pontos de vista, passivo e ativo. Ou seja, quando dizemos “vulnerável”, referimo-nos, simultaneamente, à permeabilidade à mensagem sedutora do tráfico, que conduz esses jovens ao crime, e ao grau de exposição à violência, que concentra, nessa faixa etária e social, os maiores índices de vitimização letal. Além disso, o que dizemos sobre o tráfico de drogas e armas, enquanto fonte de atração e risco para a juventude, é extensivo ao crime, em geral. Ou seja, qualquer que seja o recorte, nos conduzirá ao mesmo grupo de risco, em sua dupla acepção. Isso nos leva a concluir que uma política de segurança, cuja abordagem seja preferencialmente preventiva, deve privilegiar esse público-alvo e tem de fazê-lo nas dimensões material e simbólico-afetiva ou cultural-psicológica. Em síntese, tem de fazê-lo promovendo mais do que a integração ao mercado de trabalho e a inclusão social, em sentido estrito; tem de fazê-lo promovendo o acolhimento desses jovens, isto é, reforçando-lhes a autoestima e lhes proporcionando a imersão em linguagens e valores, experiências identitárias e demarcações referenciais, que lhes devolvam a esperança, a confiança no jogo da sociabilidade cidadã.

Havendo continuidade entre os atrativos do tráfico e aqueles do crime, em geral, por conta do fato de que sempre circulam, nesses encontros da juventude com a

transgressão, as armas e as identidades segmentares, quer dizer, os mesmo ícones da virilidade, do poder, da visibilidade social e do pertencimento grupal agonístico, podemos checar se as terapias que penso propor estão em conformidade com aquelas propostas para conter a criminalidade juvenil, no exterior, sobretudo com as que lograram maior êxito nos Estados Unidos e na Europa.

III. A Experiência Internacional

Vejamos o que dizem os relatórios e os estudos mais recentes. Analisemos o relatório *Investing Wisely in Crime Prevention; International Experiences*, de setembro de 2000, preparado por Irvin Waller e Daniel Sansfaçon para o *Crime Prevention Series*, do *Bureau of Justice Assistance*, do *U.S. Department of Justice (Office of Justice Programs)*, ainda sob a direção da progressista *Attorney General Janet Reno*. O documento é de grande interesse por sua qualidade, abrangência e atualidade.

Endossando a tese que defendi anteriormente, em uma unidade preliminar do presente documento, o relatório sustenta que a redução da criminalidade depende de uma feliz combinação entre tendências demográficas, a mobilização de um amplo espectro de agências públicas (e entidades da sociedade civil) e “focused policing” (que significa, no contexto teórico-filosófico em que se inscreve o relatório e no qual se situam os autores, algo como: *policamento estratégico e racionalmente orientado para problemas bem delimitados –com base em diagnósticos consistentes, planejamento e avaliação sistemáticos- e metas bem definidas –associadas a valores democráticos prezados pela comunidade-, segundo metodologias adequadas, operando em condições técnico-organizacionais apropriadas e adotando posturas compatíveis com as expectativas dos cidadãos*).

Estudos realizados nos EUA, no Canadá e na Europa, demonstram que um pequeno grupo de indivíduos (entre 5 e 10% da população) é responsável por cerca de 70% das transgressões legais cometidas, a cada ano. Pesquisadores concluíram que jovens expostos a alguma ou a todas as condições enumeradas a seguir têm maior probabilidade de cometer crimes do que aqueles que não passaram por essas experiências:

- (a) Pobreza relativa e moradia inadequada.
- (b) Apoio familiar inconsistente.
- (c) Habilidades cognitivas deficientes.
- (d) Exclusão da escola.
- (e) Violência doméstica.
- (f) Poucas oportunidades de emprego e exclusão econômica.
- (g) Cultura da violência.

Na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Holanda, as seguintes iniciativas se mostraram extremamente eficientes na redução dos fatores de risco que tendem a promover a delinquência:

- (a) Uso de programas de estímulo a habilidades sociais e cognitivas das crianças, nos períodos anteriores e posteriores ao horário escolar, sobretudo em áreas urbanas pobres.
- (b) Visitas a famílias vulneráveis para promover a capacidade dos pais para o exercício da paternidade e da maternidade, em todas as suas dimensões, afetivas, educativas e psicológicas.
- (c) Todo tipo de apoio e assistência aos pais.
- (d) Estímulo ao desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas das crianças através de visitas a suas casas, ou via promoção de atividades recreacionais e culturais bem estruturadas.
- (e) Oferta de incentivos financeiros e educacionais para que os estudantes completem o segundo grau.
- (f) Investimento no reforço da autoestima e na integração social das crianças e dos jovens em idade escolar, através de programas de vizinhança que proporcionem experiências de pertencimento e troca.
- (g) Oferta, no emprego, de oportunidades e de treinamento.
- (h) Organização de atividades na escola e depois da escola, voltadas para a cultura da paz.
- (i) Trabalhar com as famílias dos transgressores primários visando reduzir a disfunção familiar.
- (j) Tratamento de transgressores que apresentem problemas de drogadicção.
- (k) Atribuir responsabilidade aos jovens por práticas de “vandalismo”.
- (l) Uso de câmeras em áreas em que ocorrem violências frequentes.
- (m) Responsabilizar os proprietários de estabelecimentos em que há atos de violência.
- (n) Iluminar as ruas.
- (o) Aumentar o número de profissionais que trabalham com vigilância pública.

Os mesmos estudos chegaram a uma conclusão formidável: essas medidas são mais econômicas, no balanço custo-benefício, do que as providências tradicionais de

controle do crime, como o encarceramento. As ações de estímulo ao desenvolvimento social de crianças, jovens e suas famílias reduzem o comportamento delinquente, gerando um retorno que varia de U\$1.06 a U\$7.16, por cada U\$1.00 gasto. As ações voltadas para a redução das oportunidades de vitimização produzem um retorno que varia de U\$1.83 a U\$7.14 para cada U\$1.00 invertido. Além da redução da delinquência e do número de crimes, com vantagens para a taxa de integração social e a qualidade da vida cotidiana, essas medidas trouxeram vários outros benefícios para os governos: mais emprego implicou maior exação fiscal; mais habitações foram alugadas e valorizadas, estimulando investimentos nos bairros problemáticos; a demanda pelo sistema de Justiça Criminal decresceu, reduzindo seu custo; houve menos gastos com assistência social e seguro social de saúde.

Estudo realizado na Inglaterra, em 1996, pela *Audit Commission*, mostra que uma intervenção judicial sobre um grupo determinado de jovens custa U\$10,542, enquanto um programa orientado para levar de volta à escola um grupo igualmente numeroso de jovens custa U\$6,950, e um programa que visa ajudar esses mesmos jovens a encontrar emprego custa U\$1,167.

Nos Estados Unidos, pesquisa da RAND Corporation, também de 1996, demonstra que o aumento do encarceramento (pela aplicação da famigerada “three strikes law”) corresponde a um aumento de impostos, por residência, de U\$228, enquanto a implantação de um programa amplo de treinamento especial para os pais custa U\$48, e a aplicação de um programa de apoio a jovens em situação de risco, para que completem os estudos, custa U\$32.

Já há amplo consenso na comunidade internacional progressista quanto a esses fatos e suas implicações. Mas é preciso destacar que há um elemento chave para o sucesso de qualquer processo multidimensional e consistente de controle da violência e redução do crime: a constituição de uma unidade, uma agência ou um organismo central que articule departamentos e secretarias relevantes, isto é, os protagonistas das áreas de polícia (ou, em nosso caso, também e sobretudo a Guarda Municipal), justiça, educação, saúde, serviços sociais, habitação, transporte, planejamento urbano, comunicação, esporte, lazer e cultura. É indispensável incluir na articulação entidades da sociedade civil, associações comunitárias, a mídia e os cidadãos dispostos a participar. É preciso que haja uma liderança hábil para promover a aliança entre os agentes envolvidos e firme para conduzir com clareza, persistência e paciência, o processo, explicando-o reiteradamente à sociedade, sublinhando o sentido de fundo que subsume a pluralidade

de ações e projetos sob a unidade de um programa ou de uma política única uniforme, digna deste nome.

Para que um programa ou uma política se realize, é necessário que o processo transite entre os seguintes estágios: o *diagnóstico* das dinâmicas criminais e dos fatores de risco (seja de vitimização, seja de atração para o crime), local e geral, sensível às variações ditadas pelas circunstâncias e as conjunturas; a elaboração de um *plano de ação*, capaz de formular uma agenda, identificar prioridades e recursos, e estipular metas; sua implementação (que importa em tarefas de coordenação e de garantia de cumprimento de metas e cronogramas); sua *avaliação* (não só dos resultados, também do processo), seguida do *monitoramento*, que significa a correção de rumo ditada pela constatação dos erros. É conveniente implantar *projetos piloto* e observá-los, criticamente, como experimentos-demonstração.

Em síntese, a unidade ou organismo central deve prover liderança, mobilizar os setores pertinentes, estimular a diversidade (ideológico-étnico-cultural e outras) dos participantes, engajar as cidadãs e os cidadãos, mobilizar o maior número possível de parceiros institucionais (como as universidades e as igrejas) e informais, e conduzir o processo segundo as mediações do tríptico diagnóstico-planejamento-avaliação.

Organismos centralizadores desse tipo foram criados, diretamente ligados aos gabinetes dos respectivos primeiros-ministros: na Grã-Bretanha (através do *Her Majesty's Inspectorate of Constabulary*), na França (via coordenação de ministros, que celebrou 450 *Contracts Locales de Prévention* –esperam-se mais 250– com as prefeituras, mediante determinadas condições, e através do *Cabinet National pour la Sécurité Publique*), na Holanda (onde as experiências inovadoras locais são incentivadas e acompanhadas por um poderoso comitê nacional, para que haja avaliação e, em caso de sucesso, divulgação nacional e financiamento para sua difusão) e na Nova Zelândia (que criou, em 1993, a *Unidade de Prevenção do Crime*, no gabinete do primeiro-ministro) -o Canadá e os Estados Unidos seguem apenas em parte essas experiências.

A unidade central e seu(sua) titular devem ser capazes de fazer o seguinte: definir prioridades, identificar alvos e elaborar planos de ação; influenciar as decisões e as políticas das organizações relevantes; estimular e manter parcerias comunitárias; analisar dinâmicas criminais, tendências, fatores de risco e meios de afetá-los; avaliar as ações com rigor; coordenar setores diversos operando articuladamente; comunicar-se bem com o público. Escusado acrescentar que essa unidade –que deve ser constituída

por uma equipe multidisciplinar qualificada- e seu gestor precisam de recursos financeiros para trabalhar com eficiência. A vinculação aos primeiros-ministros garante recursos e autoridade política. Na esfera municipal, essa unidade se beneficiaria dessas vantagens se fosse diretamente ligada ao gabinete do prefeito ou se fosse organizada como uma secretaria. Para uma missão de longo prazo, que exige regularidade e acúmulo, creio que, como já disse, a segunda hipótese seria mais conveniente.

IV. Matriz de Gerenciamento Integrado

O governo municipal de Porto Alegre é rico em projetos para a juventude pobre, muitos deles análogos aos descritos acima, no inventário das iniciativas internacionais mais bem sucedidas. O que falta para que o mesmo êxito seja alcançado? Falta, sobretudo, a determinação para que eles cumpram *especificamente* a função de controle ou de redução da violência e da criminalidade. Faltando essa determinação, estão ausentes seus pressupostos, assim como as condições práticas de operacionalização na área da segurança. Em outras palavras, faltam o foco, o público alvo, as metas, a articulação integradora, o pólo gestor orientado para as metas específicas e a articulação orgânica correspondente.

De um modo geral, os projetos da prefeitura estão estruturados sob um modelo universalista, provendo bens e serviços apenas a quem for sensível à sua interpelação universal: “eis aqui os produtos que oferecemos; venham; fruam esses benefícios”, proclamam, tacitamente, as secretarias, em boa parte de suas iniciativas. Claro que só respondem à convocação universalista os que já estão sintonizados com a dinâmica da participação, os que já foram conquistados pela linguagem universalista da cidadania ou os que, por acaso, estiverem disponíveis na oportunidade e no local em que se enunciar a interpelação. Por isso, não é exageradamente pessimista supor que a maioria dos que mais precisam de tais produtos e serviços –os refratários à interpelação pública e cidadã, ou seja, os excluídos, particularmente os jovens pobres, em situação de especial vulnerabilidade- não serão alcançados, atingidos, sensibilizados ou beneficiados pela oferta, por mais generosa e qualificada que ela seja.

Além disso, os projetos e as intervenções das diferentes secretarias não são pensados e implantados de forma articulada, como reconhecem seus próprios responsáveis, assim como seus agentes locais. Esse reconhecimento levou ao encaminhamento paradoxal da solução: criaram-se foruns ou grupos de trabalho para promover a integração entre as políticas sociais, com o que, em certo sentido e até certo ponto, ampliou-se o problema, uma vez que se constituiu mais uma unidade para a qual se coloca o mesmo desafio da integração com os demais organismos envolvidos no processo. Não é com a criação de mais mediações e protagonistas por delegação que se vai resolver um problema que é de ausência de política, isto é, de metas comuns e métodos uniformes. Insista-se nesse argumento, para que não se suponha que haja, aqui, qualquer crítica a qualquer secretaria municipal ou a qualquer órgão. Pelo

contrário, creio que todos eles cumprem excepcionalmente bem suas funções específicas e têm, todos eles, políticas bem claras, bem definidas e de excelente qualidade. A política ausente é a que determinaria e articularia a integração global, na esfera instituinte e, por consequência, no nível que se poderia definir como o plano matricial. Somente uma política pode unificar o que está atomizado porque, tendo inúmeras metas, não tem foco, isto é, não tem meta. Em outras palavras, cada intervenção isoladamente tem sua meta, seu método coerente e sua consistência, enquanto política pública. Mas o conjunto não é exatamente um conjunto, é uma coleção de empreendimentos fragmentários. Nesse plano agregado, aquele no qual uma questão complexa como a segurança pública, entendida pelo viés preventivo (portanto, multidimensional e interdisciplinar), teria de ser abordada e enfrentada, nesse plano é que falta uma política, a meta e o método.

Não basta costurar as pontas. Impõe-se, a meu juízo, uma intervenção de governo para que a violência se converta em um foco de concentração de todo o governo e para que a política de segurança se torne uma política integradora de governo, mobilizando o apoio da sociedade, de tal modo que o processo envolva sua participação, convertendo-se em um verdadeiro movimento social pela paz, contra a barbárie e pela salvação da juventude pobre, que, Brasil afora, está sendo dizimada no genocídio autofágico do tráfico e dos circuitos criminosos conexos.

A condição necessária e suficiente para a produção dessa política de segurança multissetorial, pluridimensional, articulada e articuladora, focalizada e consistente, é a instalação do que chamo *matriz de gerenciamento integrado* e que consiste em três elementos: (1) um acordo político entre as diversas secretarias diretamente relevantes, sob o patrocínio e a liderança do prefeito (estamos muito próximos disso), visando a garantia de cotas, em cada serviço ou ação, para representantes do público alvo; (2) uma única ficha eletrônica de matrícula para as atividades promovidas ou os serviços prestados pelas secretarias envolvidas no pacto. A ficha pode ser gerada pela Procempa e colocada à disposição na internet, cabendo a cada secretaria a liberdade para aduzir os campos que julgar necessários, mas é preciso que cada inscrição assim formalizada seja virtualmente depositada no banco de dados da secretaria de Planejamento, que acompanharia a formação do universo beneficiado pela prefeitura através de sua ferramenta utilíssima, o geoprocessamento. A secretaria de Planejamento superporia as manchas do atendimento para avaliar sua dinâmica.); (3) um *software* de gerenciamento

e uma equipe de funcionários, que compatibilizassem horários e locais dos serviços, o transporte, as grades horárias dos estudantes e as demandas prioritárias.

A abertura de vagas para cotas voltadas para o público alvo não elimina o sistema universalista de oferta de serviços, que tem virtudes, as quais devemos preservar, pois o universalismo é insubstituível, em certo sentido e para determinados fins. Até porque sua passividade é a contrapartida da atividade dos cidadãos, que deve ser estimulada.

A implantação do mecanismo de organização que denominei *matriz de gerenciamento integrado* corresponde, portanto, à introdução do indutivismo na política pública de Porto Alegre, ainda que, repito, esse método não deva ser generalizado e não deva substituir completamente o universalismo -o que constituiria um equívoco simétrico e inverso àquele que identifiquei na situação atual, em que se optou, unilateral e exclusivamente, pelo universalismo.

Resta definir o público alvo ou os critérios e procedimentos de sua circunscrição. Há aí o risco de que, com a intenção de proteger os mais vulneráveis, os exponhamos à discriminação e ao estigma. Por isso, é necessário muita prudência e é indispensável misturar os membros do público alvo com o público usual dos projetos ou das políticas, dos serviços ou dos produtos oferecidos. O ideal é atingir o público alvo através de políticas universalistas ou semiuniversalistas, isto é, aquelas dirigidas ao universo em que se inscreve o grupo de risco que consideramos o alvo prioritário. Em nosso caso, a delimitação do público alvo mais específico deveria resultar dos seguintes procedimentos: o exame das FICAI (Fichas de alunos infrequentes) escolares; a identificação dos jovens atingidos por medidas protetivas e sócio-educativas; a avaliação dos boletins disciplinares que as escolas organizam; a discussão constante com os professores e os comitês escolares mais qualificados para a seleção. Esse contingente de estudantes, ou parte dele, será também objeto de investimento e atenção por parte da Fasc e do Conselho Tutelar. Mas há um grupo que escapa ao sistema público-estatal, que ultrapassa o horizonte de conhecimento e poder da Fasc e dos demais órgãos públicos, e que, conseqüentemente, não pode ser observado ou atendido se radicarmos todos os nossos esforços na plataforma escolar. Refiro-me à garotada que está nas gangues ou, simplesmente, nas franjas da comunidade, provavelmente sem trabalho, sem ocupação, sem perspectivas. Para alcançá-la, há o elo tecido pela SME, ao qual gostaria de somar o laço proposto no projeto *mano a mano*, que pedi a uma especialista que elaborasse e para o qual tentarei levantar os recursos necessários com a

iniciativa privada. Essa garotada pode também ser tangenciada, através da mediação das famílias, se contarmos com a capacidade que só a secretaria de Saúde tem para penetrar no mundo doméstico e visitar todas as famílias, sendo sempre bem vinda.

A matriz de gerenciamento integrado pode garantir que os investimentos e o trabalho cheguem aonde nos pareça mais importante. Pode também permitir, graças ao banco de dados sobre os beneficiários dos serviços e produtos, que as políticas públicas comecem a ser avaliadas, em seu conjunto, e que o governo municipal disponha de indicadores de desempenho mais desagregados e, portanto, mais finos do que o índice de desenvolvimento humano.

Por todos esses motivos, proponho a criação da matriz de gerenciamento integrado, na perspectiva de que o governo municipal eleja a violência e o crime como um dos focos nucleares de sua política global.

Um subproduto da matriz proposta é a articulação entre iniciativas e sua subordinação a inflexões que, além de potencializá-las, explicitem suas interfaces com a problemática da segurança pública. Um bom exemplo é o trabalho que estamos fazendo na Restinga com a SME, para a qual encontramos (cuja cessão estamos negociando) 26 espaços alternativos, 26 equipamentos com potencial para utilização esportiva, vários dos quais serão ocupados segundo análise da violência na vila, para que locais, dias e horários de risco sofram intervenção concorrencial positiva e restauradora da cidadania. Ajudando na tessitura de relações entre a SME, a Fasc, a SMED, a SMC, a SMS e os demais organismos municipais operando na área, tentaremos favorecer a atribuição de liderança organizativa desses jogos pela paz aos próprios jovens da Restinga. Além disso, só ficará faltando o recurso adicional ao orçamento da SME para pagar horas extra aos funcionários que se dispuserem a participar das iniciativas noturnas, de grande valor para a redução da violência na Restinga.

Graças à matriz de gerenciamento integrado e à articulação complementar sujeita às inflexões contingentes, estrategicamente orientadas, segundo diagnósticos sempre tópicos das dinâmicas criminais e da violência, praticamente todos os projetos em curso, na prefeitura, poderão gerar resultados significativos para a segurança pública, cujo impacto será quase imediatamente sensível. Essa estrutura, se radicada no pólo agregador a que me referi anteriormente, um organismo que lidere as medidas na área, como uma secretaria de segurança pública municipal, seria, a meu juízo, o instrumento ideal para aplicar as medidas aos jovens em conflito com a lei, segundo determinações judiciais.

V. Cidade Educadora:

A rede transversal da paz e a cidadania virtual

O projeto mais ambicioso, mais original e que pode mudar a cara de Porto Alegre, no que concerne à violência e à criminalidade, ao medo e às tensões derivadas, pode ser resumidamente descrito como se segue: faríamos o percurso da mídia e de visitas às universidades, aos institutos de pesquisa, às associações profissionais, às entidades da sociedade civil, solicitando uma hora e meia semanal a cada um ou uma que se dispusesse a colaborar como voluntário(a). Pediríamos, ainda, que cada voluntário visitasse nosso *site* (que seria especialmente criado) e se inscrevesse, assinalando os temas que gostaria de ensinar. Valem todos os temas, desde aqueles ligados aos *hobbies* individuais, até os científicos e filosóficos, passando pelos artísticos, técnicos, práticos ou esportivos. Calculo viável reunir mil voluntários. O segundo passo seria informar ao público (que nós identificaríamos de forma mais restritiva, de modo a focalizar classe, bairros, vilas e faixas etárias) que basta reunir um mínimo de 5 (contando com quem tivesse a iniciativa) até um máximo de 10 pessoas interessadas em algum curso anunciado (indicando, no *site*, a hierarquia de prioridades), para receber esse curso semanal, em casa ou nas casas dos membros do grupo de estudantes, em rodízio. Os professores iriam à casa do aluno que centralizasse a turma, durante uma hora e meia por semana, em horário a ser negociado *ad hoc*. Uma hora seria destinada à apresentação do tema do curso e meia hora à introdução da cultura da paz. Essa meia hora seria oferecida por um(a) idoso(a). Todos os idosos voluntários seriam treinados pela equipe da SMED, dedicada à cultura da paz, e se tornariam multiplicadores. Uma vez por mês, durante uma hora, em um fim de semana, o professor e o auxiliar idoso participariam de uma reunião com as famílias dos alunos, na casa de uma delas, para discutir o que estava sendo feito. Os cursos teriam seis meses de duração, ao fim dos quais, cada grupo de estudantes (qualquer que seja sua idade) teria a obrigação de realizar algo para sua comunidade: dar uma aula, organizar um jogo, realizar uma exibição artística, construir um banco para a praça local, etc... Os estudantes se comprometeriam a agir como multiplicadores da cultura da paz, nos próximos passos do projeto, que seriam virtuais e reais, zelando por sua rua, ajudando vítimas da violência, visitando escolas, casas, etc... Ao final do processo semestral, teriam participado um mínimo de cinco mil pessoas a um máximo de dez mil, além de professores e idosos (estes, representados pelo conselho dos idosos de Porto Alegre, já se comprometeram a participar), e além das respectivas famílias, perfazendo um total

entre 20 e 50 mil pessoas. Todos os que participassem, professores, alunos e idosos, receberiam um computador ligado à *internet*, e passariam a fazer parte da rede virtual pela paz de Porto Alegre, endossando o *contrato da solidariedade na cidade educativa*. Os deslocamentos semanais de professores e idosos seriam feitos por taxis pagos pelos financiadores do projeto, a partir da negociação de descontos e do engajamento dos taxistas no movimento pela paz. Produziríamos, com a contribuição voluntária dos melhores profissionais da área, símbolos, logotipos, marcas, imagens que transmitissem ao Brasil e ao mundo, e à cidade de Porto Alegre, o significado original dessa extraordinária visita transversal, interetária, interclassista, interétnica, interreligiosa, interterritorial, rompendo barreiras de todo o tipo e, mesmo sendo não-utilitária, e justamente por não ser utilitária, despertando vocações, alterando vocabulários, enriquecendo a linguagem dos desejos e dos projetos individuais, amplificando o suporte social dos valores da paz e da solidariedade. O exercício regular desse fluxo intenso de sociabilidade lúdico-cultural, em grande escala, a prática dessa múltipla transversalidade, criará uma dinâmica singular. Tenho certeza de que a iniciativa privada se interessará em ser parceira da prefeitura nessa aventura de cidadania voluntária. Há um potencial magnífico para o voluntariado em Porto Alegre, ainda inexplorado. O custo aproximado do projeto semestral é de R\$4 milhões. O voluntariado não é a máscara da capitulação neoliberal do Estado, ainda que os defensores da desmontagem do Estado-social procurem apropriar-se de seus valores e de sua tradição. Ao contrário, o voluntariado é nosso, é patrimônio de nossa tradição humanista e progressista, sensível para os valores da fraternidade, da justiça e da liberdade. Será o grande combustível das mudanças, que se realizarão como a sinergia entre as dinâmicas criativas da sociabilidade solidária e as intervenções de políticas públicas inteligentes e comprometidas com os princípios da democracia radical.

VI. Segundo foco: os crimes contra o patrimônio

Mesmo sendo o principal problema, na área da segurança pública, em Porto Alegre, e o desafio mais difícil para os gestores públicos, o tráfico de drogas e armas não é a única fonte de criminalidade e violência, nem o único tipo de delito relevante para uma política municipal. Porto Alegre tem experimentado um crescimento acentuado dos crimes contra o patrimônio, roubos e furtos. Ainda que muitos deles sejam perpetrados com as armas que servem ao tráfico ou sejam motivados pelo desejo de consumir drogas, o fato é que constituem dinâmicas específicas e merecem enfrentamento próprio. Há muitos tipos distintos de roubos e furtos, segundo a natureza dos bens e o grau de violência a que submetem as vítimas. Cada tipo vincula-se a um setor do mercado criminal e opera de acordo com lógica particular. Por exemplo, roubos *de veículos* diferem de roubos *em veículos*, assim como são diferentes de roubos a bancos ou a residências. Os primeiros não ocorrem isoladamente, salvo exceções. Ocorrem em escala, de forma coletiva e organizada, envolvendo receptadores e mediadores comerciais. Já os roubos em veículos são fenômenos atomizados e individuais, dependendo mais da oportunidade, isto é, da ausência de controle e vigilância, do que de planejamento e do rendimento relativo obtido com os frutos da ação. Por isso, a redução da impunidade, propiciada pela introdução de tecnologia de vigilância, como câmeras, e pela presença de policiais, pode ser suficiente. Nos dois casos, destacam-se também as diferenças ao nível das causas. Geralmente, roubos em veículos são perpetrados por pequenos assaltantes que atuam no varejo, porque querem comprar drogas ou desejam substituir salários improváveis e insuficientes. Já os outros roubos exigem um certo grau de profissionalismo e organização, vinculando-se mais à formação de carreiras criminosas do que a carências e drogadicção. Combatê-los requer mais que tecnologia e ostensividade policial. É preciso investigar as redes de receptação, desmonte e comercialização, quase sempre articuladas à corrupção policial.

Nos dois casos, o eventual sucesso tópico da repressão tende a impor deslocamentos territoriais, produzindo a *migração da mancha criminoso*, como diz o jargão. No entanto, enquanto a força de trabalho delituosa desqualificada, aquela que rouba nos veículos, transita sem dificuldades por diferentes modalidades de prática criminal -desde que sejam simples, individualizadas e não exijam técnica, organização e planejamento-, transitando também sem grandes problemas entre distintas áreas da cidade, a força de trabalho criminoso qualificada não se desloca com facilidade entre

tipos de ocupação delituosa. Além disso, nesse último caso, sabe-se que o êxito da intervenção repressiva pode criar obstáculos graves ao mero deslocamento espacial, uma vez que os alvos da ação delincente não se distribuem com homogeneidade pelo território urbano. Portanto, é desigual a distribuição dos custos que decorrem do sucesso repressivo, segundo tipos de crimes.

Tudo isso torna extremamente complexo avaliar a *performance* de uma política de segurança: o êxito localizado pode dar lugar a perdas correspondentes em áreas vizinhas; ou pode promover deslocamentos que reduzam a intensidade da prática migrante; ou pode inviabilizar os próprios deslocamentos. A primeira hipótese –aquela segundo a qual a uma intervenção reguladora e repressiva do poder público corresponde o mero deslocamento do problema, sem perda de substância, ou seja, implicando o mesmo custo social e o mesmo risco de vitimização- é muito mais rara do que se supõe, porque mudanças de área de atuação equivalem a mudanças de *ecossistemas*. Quando um pequeno ladrão vê-se instado a escolher outro bairro, outra rua, outra esquina, obriga-se a renegociar sua inserção em um ambiente sociológico complexo, no qual operam personagens em equilíbrio tenso, ocupando espaços, desempenhando papéis mutuamente funcionais. A nova ecologia é densa e segue regras próprias. Não há espaços vazios nas ruas da cidade, ao contrário do que pensa o senso comum. Mesmo os eventuais vazios são observados e intermediam pontos valorizados por protagonismos diversos e conflitantes, formais e informais, legais e clandestinos. Onde os olhos estrangeiros não enxergam ninguém, geralmente há toda uma população que faz fronteira com mundos socialmente menos visíveis e que atua de acordo com códigos de comportamento específicos, permanentemente renegociados. A reinserção de um ator delincente custa-lhe muito investimento micropolítico, o que, no limite, pode tornar irracional a manutenção de suas estratégias de sobrevivência.

A grande questão passa a ser: onde estão e quais são os núcleos sociais (criminosos ou não) gravitacionais, aptos a realizar a cooptação dessa força de trabalho desgarrada. Os núcleos não são apenas conjuntos de práticas, nem simplesmente grupos humanos: são *dispositivos de subjetivação e conexão pragmática com dinâmicas econômico-sociais*. Nosso dilema, em Porto Alegre, é o peso crescente que tem adquirido a massa gravitacional do tráfico de drogas e armas, até por conta de sua flexibilidade econômica e de sua plasticidade social. Também por isso e nessa ponta específica do processo, a estratégia da *disputa com o tráfico* é correta.

Roubos e furtos, ao lado do comércio informal ambulante (a camelotagem), têm sido a principal ameaça para o centro da cidade, enquanto espaço econômico e arena de sociabilidade. Ainda que não devamos criminalizar a camelotagem, devemos, em seu âmbito, distinguir o joio do trigo, pois há envolvimento criminosos, assim como há muitos trabalhadores honestos –de todo modo, uma solução urgente impõe-se, solução que não fira os interesses dos trabalhadores informais honestos, mas que seja capaz de implantar o respeito às regras democráticas de convivência e dos negócios legais. Pelo centro circulam, em média, cerca de 400 mil pessoas, nos dias úteis, segundo cálculos da Brigada Militar. O centro, além de importante território econômico, é também espaço residencial, além de ter um significado cultural e histórico indiscutível. A tal ponto que sua degradação, pela violência e a desordem comercial, constitui uma ferida narcísica, sendo mácula que atinge a própria identidade de Porto Alegre. Portanto, mesmo não se esgotando, os roubos e furtos, nessa área, é aí que merecem um combate mais urgente e cabal. A visibilidade do centro e sua importância simbólica darão a esse enfrentamento um sentido didático e exemplar, reforçando a autoestima dos cidadãos, seus vínculos positivos com a cidade e sua esperança em um futuro melhor e mais pacífico para a vida coletiva. Por esse motivo e pelos elencados no parágrafo anterior, não se justifica a crítica segundo a qual focalizar o centro e combater ali os roubos e furtos apenas deslocaria a violência para áreas vizinhas. Há até mesmo um argumento pragmático elementar: sendo inviável um combate uniforme em toda a cidade, a seleção de prioridades é indispensável, assim como é necessário iniciar uma caminhada com um primeiro passo –o qual, por definição, será insuficiente, porém, não menos indispensável. Se não bastassem todos esses argumentos, haveria também a considerar o fato de que existe, no centro, um movimento pela revitalização, que reúne a sociedade civil e o governo municipal. A mobilização cívica é um ingrediente fundamental para o êxito de políticas de segurança. Também isso, portanto, justificaria privilegiar o centro, nesse momento.

A experiência do centro da cidade tem correspondido à implantação de um projeto piloto, no campo da política municipal de segurança, demonstrando seu imenso potencial, paralelamente a seus limites, cujo reconhecimento é essencial para o ajuste de focos, métodos e metas, condição da eficácia de toda ação de agentes públicos. A eficiência da intervenção no centro será qualificada com a implementação do projeto de telemonitoramento, que a Brigada Militar formulou, há alguns anos, e que obteve,

finalmente, amplo apoio popular e das entidades envolvidas no movimento pela revitalização do centro.

Algumas palavras sobre as vantagens do telemonitoramento: cada câmera tem capacidade para capturar com excelente definição imagens distantes até 250 metros; graças à sua rotação de 360 graus, se postada em cruzamentos perpendiculares, como faremos, pode avançar 250 metros em todas as quatro direções. Considerando-se que cada policial, em áreas urbanas movimentadas, não observa o que se passa além de 20 metros, deduz-se que cada câmera substitui o olhar de 12 policiais em cada direção. Sendo quatro as direções cobertas por cada câmera, cada uma delas substitui 48 policiais. Se multiplicarmos esse número pelos quatro turnos, concluiremos que cada câmera substitui 192 postos de observação policial. O projeto prevê a instalação de 15 câmeras, o que equivale a 2 880 postos de observação policial. Se cada policial custa pelo menos R\$500,00/mês, sem contar gastos sociais nem o investimento nos nove meses de formação, deduziremos que as 15 câmeras propiciarão uma economia mensal de R\$1.440.000,00, mais de duas vezes o preço das câmeras, com a instalação da central de monitoramento incluída. Dada a natureza dos pequenos crimes cometidos na área, tudo indica que o poder inibitório das primeiras prisões produzirá um efeito bastante expressivo e duradouro.

Os grupos que criticam o emprego das câmeras têm razão quando manifestam preocupação com o uso das imagens, mas se enganam quando absolutizam o risco, não consideram possibilidades de sua redução e não comparam esse risco com os riscos de vitimização de inocentes pela violência e de degradação da sociabilidade em Porto Alegre, decorrente da expansão da cultura do medo. Além disso, não compreendem a gravidade da disputa que se trava em torno das melhores propostas para enfrentar o crime, em nossa sociedade. Disputa que pode manter o PT na defensiva ou pode nos conduzir à liderança do processo político, dependendo de nossa competência em oferecer respostas concretas, nos marcos ditados por nossos compromissos essenciais com nossos valores. Para reduzir o risco de manipulação criminosa das imagens captadas e gravadas pelo telemonitoramento, seria recomendável que o material pertinente (os disquetes com as imagens digitais) fosse confiado à custódia do Ministério Público. Dirigi consulta nesse sentido à assessoria jurídica do gabinete do prefeito. Será indispensável que inauguremos as câmeras com regras claras de proteção às imagens.

Houve, na arena política do centro, uma transformação radical de atitudes, extremamente positiva, sustentada em uma nova forma de abordagem dos temas e dos dilemas que eram recorrentes, nas reuniões do movimento pela revitalização: passou-se a sublinhar a importância da *integração* entre os protagonistas presentes (os poderes públicos, do estado e do município, e os agentes da sociedade civil); o caráter *sistêmico* e *preventivo* das iniciativas que viéssemos a adotar (as quais não poderiam continuar a carregar a marca equivocada e desgastante da *reatividade* e da *fragmentação*); e também se passou a estabelecer uma *relação aberta, humilde, verdadeiramente dialógica e construtiva* com as demandas (que não deveriam ser negadas com respostas irritadas -um misto de impotência, arrogância e insinceridade). Desse modo, foram lançadas as bases de uma política futura, cujo *princípio* seria a *integração* potencializadora; o *método* seria a *sistematicidade preventiva* e a *forma* seria *participativa, democrática e transparente*.

A correção dessa abordagem produziu efeitos imediatos, ampliando alianças e intensificando o apoio da sociedade ao processo. Os resultados fortaleceram a adesão dos nossos interlocutores da sociedade civil à abordagem implantada, que tem gerado frutos, graças especialmente à competência da atuação das lideranças policiais e dos secretários municipais, como João Motta e de Cesar Alvarez (e de seus respectivos auxiliares, ativos no movimento).

Um momento particularmente importante para a fixação dessa estratégia múltipla, que identifiquei como a tríplice abordagem da problemática da insegurança no centro, foi a crise ensejada pela violência que explodiu no bar Peter Pan, que culminou com o episódio do fechamento deste e de mais sete bares. Sugeri a Cesar Alvarez que adotasse a medida mais radical, o fechamento, de uma só vez, de todo o conjunto dos estabelecimentos problemáticos, no centro. Obtive do Cel. Gerson a solicitação à SMIC, com base no diagnóstico sobre riscos para a segurança pública -calço necessário à legalidade da medida-, e propus ao gabinete do prefeito a realização de uma entrevista coletiva, no dia seguinte, da qual participariam, ao lado do prefeito, representantes da secretaria de Justiça e Segurança, os chefes das polícias e os secretários municipais mais diretamente envolvidos no movimento pela revitalização do centro, especialmente o protagonista do fechamento dos bares, o titular da SMIC. A entrevista consagrou a nova abordagem, pois abriu espaço para ações integradas e de tipo novo, isto é, sintonizadas com as demandas da sociedade.

Logo depois, foi criado o Conselho Comunitário de Segurança do Centro. Além disso, por iniciativa do prefeito, a idéia do esforço concertado e integrado foi aplicada em escala ainda mais abrangente: vários setores do governo municipal se associaram à limpeza da área e à retomada cidadã do centro da cidade. A cerimônia de apresentação pública do Conselho foi significativa do novo momento, cuja marca talvez mais destacada eram as parcerias da prefeitura com o governo do estado e com a sociedade civil.

O novo modelo mostrava-se promissor: a sociedade civil participaria cobrando, sugerindo, avaliando, apoiando e levantando recursos; a Brigada investiria mais, deslocando pessoal e viaturas; a Polícia Civil transferiria a 17^a DP para uma área melhor situada e a transformaria em delegacia modelo; a prefeitura apoiaria esses esforços intervindo no espaço urbano, criando condições para a solução do problema da camelotagem, doando motocicletas à Brigada, ajudando a obter dos empresários os recursos necessários à implantação do telemonitoramento e comprometendo-se a reformar a Guarda Municipal, para que ela possa, no futuro, dar contribuições mais efetivas à segurança pública.

O Conselho Comunitário de Segurança do Centro foi constituído como um *forum* e um canal permanente de comunicação entre os governos estadual (sobretudo as polícias), municipal e as entidades da sociedade civil que atuam na área. Seu propósito é formular diagnósticos, sugerir iniciativas e avaliar sua implementação. Seu tema é a segurança pública, em todas as suas dimensões. Suas metas são a redução da violência e da criminalidade; a difusão da cultura da paz; o aperfeiçoamento das relações entre sociedade e Estado; e o desenvolvimento de dinâmicas coletivas construtivas. Sua composição envolve representantes da sociedade e dos governos, municipal e estadual (através de representantes das polícias). Seu método de funcionamento é objeto de decisão coletiva do próprio Conselho. Sua direção é colegiada, envolvendo, em sistema de rodízio e mediante indicação consensual (aclamação), se possível, ou votação, se necessário, dois representantes da sociedade e dois representantes governamentais (um pela prefeitura e outro pelas polícias). Já foram realizadas várias reuniões. Sua frequência é mensal, segundo decisão unânime.

Deve-se observar que o Conselho Comunitário de Segurança não é um espaço de validade universal ou uma solução generalizável. Por um motivo muito simples: é impossível e seria até irresponsável reunir membros de comunidades pobres, fortemente assediadas por grupos criminosos, com os quais são obrigadas a conviver, para discutir

a insegurança. Todos correriam risco de vida. A simples proposta causa mal-estar nas vilas, demonstra insensibilidade do proponente e sugere falta de conhecimento da realidade local. Por isso, teremos de inventar instrumentos participativos de outro tipo, nas áreas pobres do município, o que, de resto, parece compatível com a especificidade da abordagem típica do modelo que denominei, provisoriamente, matriz de gerenciamento integrado.

VII. Terceiro Foco: a violência doméstica contra mulheres e crianças

A violência contra mulheres e crianças tem duas peculiaridades: (1) é gravíssima, mas quase invisível, publicamente, e, portanto, quase ausente da agenda pública em seu formato tradicional e conservador; (2) é perpetrada dentro de casa ou se inclui no rol das experiências domésticas, pois é cometida por familiares, maridos, ex-maridos, namorados, pais ou pessoas próximas (em mais de 70% dos casos que vitimam as mulheres e na quase totalidade dos casos que atingem as crianças). No caso em que as vítimas são crianças, as mulheres, enquanto mães, também se incluem entre os perpetradores mais frequentes. É imenso o número de estupro, inclusive contra crianças. Recentemente, em Porto Alegre, duas crianças com menos de sete anos foram mortas por espancamento paterno. Nesse quadro de barbárie familiar, o problema é cultural e ligado à micro-política do gênero. Há todo um programa a cumprir, no sentido da constituição ou consolidação de redes societárias e governamentais, sempre interinstitucionais, de apoio a vítimas e de prevenção, mas o passo inicial, como parte do projeto piloto, será a sensibilização de quase cinco centenas de servidores públicos municipais e estaduais, na Restinga. As relações entre violência doméstica e engajamento criminoso na adolescência estão bem estabelecidas em pesquisas internacionais. Portanto, o projeto especificamente voltado para a paz na esfera doméstica está intimamente ligado aos projetos que se dedicam a reduzir as chances de que os jovens sejam conquistados pelo crime.

Formatado

Estratégias de combate à violência contra a mulher¹

A. Introdução

Esse projeto funda-se na experiência do movimento de mulheres, que há muitos anos vem trabalhando para combater a violência contra as mulheres. Uma das experiências bem sucedidas vem sendo conduzida pela Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, sediada em Porto Alegre. A Themis desenvolve, desde 1993, o Projeto de Formação das Promotoras Legais Populares – PLPs - nas seis grandes regiões de Porto Alegre, dentre elas a Restinga. As PLPs são mulheres capacitadas para ajudar as mulheres de sua comunidade que estão em situação de violência.

¹ O texto da presente unidade foi redigido por Carmen Campos, Ariane Brusius, Maria Guanecy Marques de Ávila.

Esse projeto também incorporou sugestões de Barbara Musumeci Soares, responsável pelo projeto de segurança pública para a mulher na cidade do Rio de Janeiro, quando esteve à frente da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, na equipe de Luiz Eduardo Soares, e cuja experiência está sistematizada no livro, ainda no prelo, denominado *Programa de Segurança da Mulher*.

Dessa forma, sem nenhuma pretensão de “reinventar a roda”, o projeto buscou inspiração no movimento feminista e em experiências que, de alguma forma, têm sido positivas e têm ajudado as mulheres em situação de violência.

B. Os números da violência

Os Juizados Especiais Criminais foram responsáveis, durante o ano de 1999, pelo julgamento de mais de 30.000 processos, sendo que 70% destes envolviam casos de violência doméstica em Porto Alegre², expressos nos delitos de lesão corporal leve e ameaça. Os números dos registros efetuados somente na Delegacia da Mulher demonstram que esses são os delitos predominantes praticados contra as mulheres, totalizando 71,40% dos crimes cometidos contra as mulheres no período pesquisado.

Quadro de ocorrências registradas na Delegacia da Mulher do RS durante o ano de 1999 e o 1.º semestre de 2000.

Ocorrências em Porto Alegre		
	1999	2000 (1º semestre)
Aborto	0	0
Ameaça	1.622	991
Desaparecimento	0	1
Estupro	41	26
Estupro com morte	0	0
Furto	43	24
Homicídio	0	0
Lesão corporal	1.658	932
Localização	0	0
Maus tratos	1	2
Roubo	8	10
Suicídio	0	0
Outras	1.365	563

Fonte: Divisão de Planejamento e Coordenação da Secretaria da Justiça e da Segurança do RS - Extraído do Relatório Azul 1999/2000.

² CAMPOS, Carmen Hein de. Violência doméstica no espaço da lei. In: BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Céli (org.) Tempos e lugares de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora 34, 2001.

Percentual por gênero da população em idade ativa

População em Idade Ativa (PIA)	Mulheres	Homens
Situação em 1999	53%	47%

Fonte: PED-RMPA – convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA. Extraído do relatório Azul 1999/2000.

Percentual por gênero da população economicamente ativa

População Economicamente Ativa (PEA)	Mulheres	Homens
Situação em 1999	44%	56%

Fonte: PED-RMPA – convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e Apoio da PMPA. Extraído do Relatório Azul 1999/2000.

Rendimento médio real dos ocupados, por sexo e idade na PMPA

Idade	Rendimento	
	Mulheres	Homens
De 40 anos e mais	R\$565,00	R\$913,00
De 25 a 39 anos	R\$534,00	R\$755,00
De 18 a 24 anos	R\$328,00	R\$405,00
De 10 a 17 anos	R\$182,00	R\$191,00

Fonte: PED-RMPA – convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA. Extraído do Relatório Azul 1999/2000.

C. Estratégias de intervenção

C.1. Diagnóstico

A primeira etapa das estratégias é fazer o diagnóstico dos equipamentos sociais existentes na comunidade onde será implantado o projeto piloto e em Porto Alegre. Denominamos “equipamentos sociais” todas as instituições públicas ou privadas, organizações comunitárias e ONGs que trabalham com a violência doméstica. Assim, temos:

Equipamentos específicos em Porto Alegre

- Delegacia da Mulher;
- Abrigo Viva Maria;
- CONDIM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- Programa de assistência a mulheres vítimas de violência sexual (Secretaria Municipal da Saúde);
- Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher (Prefeitura Municipal);

- Serviço Municipal de Saúde da Mulher (Secretaria Municipal de Saúde);
- ONGs especializadas em temas feministas (Themis, Jus Mulher, Maria Mulher, Movimento de Mulheres Negras, Núcleo de Estudos da Prostituição – NEP, Departamento Médico Legal – DML – (departamento de violência contra a mulher);
- Hospitais (Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, Hospital Fêmeina, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Hospital São Lucas, Hospital Nossa Senhora da Conceição, Irmandade Santa Casa de Misericórdia, Hospital Pronto Socorro).

Equipamentos específicos na Restinga

- 1 Delegacia de Polícia
- 2 Postos de Saúde da Família
- 1 Unidade Sanitária
- 1 Posto Médico de Emergência (ULBRA)
- 1 Conselho Tutelar
- 1 Posto da Brigada Militar
- 1 Companhia da Brigada
- 1 Rádio Comunitária

Equipamentos Genéricos na Restinga

- 5 Farmácias que funcionam em rodízio de plantão
- 1 Unidade de Bombeiros
- 1 Fórum
- 1 Centro Comunitário de Assistência Social – Cecores
- 10 Escolas Municipais, sendo 6 normais, uma especial e 4 infantis (anexo 1)
- 1 Centro Administrativo Regional - CAR
- 4 escolas estaduais
- 10 creches
- 5 associação de moradores
- 1 igreja
- 1 Serviço de Informação à Mulher - SIM

C.2. Intervenção junto aos agentes públicos

Dentre as estratégias de intervenção, destaca-se a sensibilização e a formação dos agentes públicos.

C.2.1. Formação dos agentes públicos em violência contra mulheres e crianças

Capacitar os agentes de saúde, educação, policiais civis e militares, DML, Juizados Especiais Criminais, Defensoria Pública e funcionários do Ministério Público, visando melhorar o atendimento aos casos de violência doméstica e o próprio entendimento acerca da violência doméstica (seu ciclo, os traumas dele decorrentes, como ajudar, etc.) é um fator importante na redução do problema.

Capacitar os agentes de saúde, educação, policiais civis e militares, DML, Juizados Especiais Criminais, Defensoria Pública, Ministério Público visando melhorar o atendimento aos casos de violência doméstica bem como o próprio entendimento acerca da violência doméstica (seu ciclo, os traumas dele decorrentes, como ajudar, etc.) é um fator importante na compreensão social do problema.

C.2.2. Justificativa

Geralmente as portas de entrada das situações de violência são os postos policiais, os postos de saúde, os conselhos tutelares, os centros comunitários e as escolas, onde aparecem as situações concretas de violência (por exemplo: polícia), situações mascaradas (como por exemplo: postos de saúde) e alterações de comportamento das crianças que podem ser manifestações de situações de violência (como por exemplo, na escola).

Entendemos que todos os agentes públicos são responsáveis pela identificação, acolhimento, orientação e correto encaminhamento de todas as situações de violência. Para que estes agentes públicos assumam essa responsabilidade é importante que estejam capacitados. Para tanto, primeiramente devem reconhecer que a violência tem características multifatoriais e portanto, deve ser tratada de forma multi-agencial. Por isso, os agentes devem reconhecer-se como pertencentes a uma rede articulada de serviços, onde a interdisciplinariedade das capacitações é fundamental, ou seja que em todos os grupos de capacitação haja participação dos diferentes agentes dos diferentes serviços.

C.2.3. Currículo mínimo para capacitação

A coordenação técnica do Curso de Capacitação ficará sob responsabilidade da Themis, do COMDIM e da Casa de Apoio Viva Maria, instituições que já vêm trabalhando há algum tempo com mulheres em situação de violência.

Um Currículo mínimo deve contemplar os seguintes pontos:

Conteúdo Básico

Conceituação

- I- Introdução ao conceito de gênero
- II- Conceito de violência de gênero e seus reflexos para as mulheres e crianças
- III- Mitos e outros estereótipos
- IV- Tratamento legal
- V- O que e como fazer?

C.2.4. Outros órgãos ou entidades participantes

Além da equipe coordenadora do projeto de capacitação, deverão ainda participar a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública, Secretaria de Trabalho e Ação Social e o GAPA.

C.2.5. Como mobilizar politicamente e conseguir a adesão desses agentes

Fazer contato com os Secretários e Secretárias dos órgãos envolvidos, no primeiro momento, para obter seu apoio ao projeto de sensibilizar os funcionários dessas instituições, garantindo sua participação no projeto. Em seguida, buscar o diálogo com responsáveis no segundo escalão ou com pessoas designadas pelo primeiro escalão. Identificar pessoas chave em cada contato. As PLPs são chave, nesse processo de mobilização.

C.2.6. Grade da programação

Módulos	Tema	Conteúdo	Metodologia/Oficinas	Tempo
Módulo 1	- Abertura: apresentação das entidades, importância do tema proposto. - Introdução ao conceito de gênero.	- Apresentação do grupo. - Apresentação dos conceitos com aula expositiva e dialogada: sexo, gênero, poder e violência, raça, etnia e orientações sexuais.	- Oficina da meia palavra; Oficina da ficha de inscrição; - Oficina da árvore; Oficina do chá de fraldas.	1 hora 2h30min
Módulo 2	- Conceito de violência de gênero e seus reflexos para as mulheres e crianças.	- Ciclo, aspectos psicológicos, sinais e sintomas, círculo do poder e do controle. - Tipos de violência contra a mulher e suas conseqüências para a vida das mulheres e crianças.	- Oficina das frases com dados epidemiológicos, impactos da violência.	3h30min

		- Pq. As mulheres permanecem em uma relação de violência? - Transmissão geracional da violência.		
Módulo 3	- Mitos e outros estereótipos. Tratamento legal.	- Desconstrução dos mitos e dos estereótipos	- Oficina do falso e verdadeiro.	3h30min
Módulo 4	- O que e como fazer?	- Reconhecimento dos recursos da comunidade e construção da rede. Avaliação.	- Oficina de casos (apresentação de casos a serem operados com os recursos); Oficina da teia.	3h30min

CAPACITAÇÃO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

	Módulo 1 Comdim (Télia)	Módulo 2 Casa Viva Maria (Ana Lúcia Dagord)	Módulo 3 Themis (Carmen Campos)	Módulo 4 Comdim (Télia) e PLPs (Guaneci)
De 24 a 27 de Setembro Manhã	24/09 - Segunda-feira 1ª parte: Consultoria, Themis, Comdim e Casa Viva Maria 2ª parte: Télia Negrão e Martha Narvaz.	25/09 - terça-feira Ana Lúcia Dagord e Luciane Ferreira Machado.	26/09 - quarta-feira Samantha Buglione e Rúbia Abs da Cruz	27/09 - quinta-feira Télia Negrão e Marta Narvaz.
De 01 a 04 de Outubro Manhã	01/10 - Segunda-feira Télia Negrão E Fernanda Pires Jaeger.	02/10 - Terça-feira Ana Lúcia Dagord e Luciana Zanetti.	03/10 - quarta-feira Carmen Hein de Campos e Rúbia Abs da Cruz.	04/10 - quinta-feira Télia Negrão e Marta Narvaz.
De 01 a 04 de Outubro Tarde	01/10 - Segunda-feira Télia Negrão E Elaine Oliveira Soares.	02/10 - Terça-feira Maria Angela Teixeira.	03/10 - quarta-feira Samantha Buglione e Carmen Hein de Campos.	04/10 - quinta-feira Télia Negrão e Lígia Maria Braescher.
De 08 a 11 de Outubro Manhã	08/10 - Segunda-feira Fernanda Pires Jaeger e Telia Negrão.	09/10 - Terça-feira Lúcia Fasolo e Luciane Machado.	10/10 - quarta-feira Rúbia Abs da Cruz Chiot e Carmen Hein de Campos.	11/10 - quinta-feira Télia Negrão e Elaine Oliveira Soares.
De 15 a 18 de Outubro Manhã	15/10 - Segunda-feira Fernanda Pires Jaeger E Elaine Oliveira Soares.	16/10 - Terça-feira Luciana Zanetti e Luciane Machado.	17/10 - quarta-feira Carmen Hein de Campos e Rúbia Abs da Cruz Chiot.	18/10 - quinta-feira Neusa Heinzelmann e Elaine Oliveira Soares.
De 15 a 18 de Outubro Tarde	15/10 - Segunda-feira Télia Negrão E Fernanda Pires Jaeger.	16/10 - Terça-feira Maria Angela Teixeira.	17/10 - quarta-feira Samantha Buglione e Carmen Hein de Campos.	18/10 - quinta-feira Neusa Heinzelmann e Lígia Maria Braescher.
De 22 a 25 de Outubro Manhã	22/10 - Segunda-feira Marta Narvaz E Fenanda Pires	23/10 - Terça-feira Luciana Zanetti e Maria Angela Teixeira.	24/10 - quarta-feira Carmen Hein de Campos e Rúbia Abs da	25/10 - quinta-feira Télia Negrão e Neusa

	Jaeger.		Cruz.	Heinzelmann.
De 29 de Outubro a 01 de Novembro Manhã	29/10 – Segunda-feira Fernanda Pires Jaeger E Elaine Oliveira Soares.	30/10 - terça-feira Ana Lúcia Dagord e Luciana Zanetti.	31/10 - quarta-feira Rúbia Abs da Cruz e Carmen Hein de Campos.	01/11 - Quinta-feira Télia Negrão e Neusa Heinzelmann.
De 29 de Outubro a 01 de Novembro Tarde	29/10 – Segunda-feira Télia Negrão e Elaine Oliveira Soares.	30/10 - terça-feira Lúcia Regina Fasolo.	31/10- quarta-feira Samantha Buglione e Carmen Hein de Campos.	01/11 – quinta-feira Neusa Heinzelmann e Lígia Maria Braescher.
De 05 de a 08 de Novembro Manhã	05/11 – Segunda-feira Marta Narvaz E Fernanda Pires Jaeger.	06/11 – terça-feira Maria Angela Teixeira e Lúcia Regina Fasolo.	07/11 - quarta-feira Samantha Buglione e Carmen Hein de Campos.	08/11 – quinta-feira Télia Negrão e Neusa Heinzelmann.
De 19 a 22 de Novembro Manhã	19/11 – Segunda-feira Télia Negrão E Fernanda Pires Jaeger.	20/11 – terça-feira Lúcia Regina Fasolo e Ana Lúcia Dagord.	21/11 - quarta-feira Rúbia Abs da Cruz e Carmen Hein de Campos.	22/11 - quinta-feira Neusa Heinzelmann e Elaine Oliveira Soares.
De 19 a 22 de Novembro Tarde	19/11 – Segunda-feira Télia Negrão e Elaine Oliveira Soares.	20/11 - terça-feira Luciana Zanetti.	21/11 - quarta-feira Samantha Buglione e Carmen Hein de Campos.	22/11 - quinta-feira Télia Negrão e Neusa Heinzelmann.

Total: 14 horas/aula

Início: 24 de setembro de 2001

Turno da manhã: das 8h30min às 12 horas

Turno da tarde: das 14horas às 17h30min

- 1ª semana (de 24 a 27/09) – Uma turma no turno da manhã
- 2ª semana (de 01 a 04/10) - Uma turma no turno da manhã
- 3ª semana (de 01 a 04/10) - Uma turma no turno da tarde
- 4ª semana (de 08 a 11/10) - Uma turma no turno da manhã
- 5ª semana (de 15 a 18/10) - Uma turma no turno da manhã
- 6ª semana (de 15 a 18/10) - Uma turma no turno da tarde
- 7ª semana (de 22 a 25/10) - Uma turma no turno da manhã
- 8ª semana (de 29 a 01/11) - Uma turma no turno da manhã
- 9ª semana (de 29 a 01/11) - Uma turma no turno da tarde
- 10ª semana (de 05 a 08/11) - Uma turma no turno da manhã
- 11ª semana (de 19 a 22/11) - Uma turma no turno da manhã
- 12ª semana (de 19 a 22/11) - Uma turma no turno da tarde

Materiais necessários

Canetas (500); pincel atômico (30); fita crepe (10); painéis Zoomp (2); cartolina (500); cola bastão (10); barbante grosso (1 rolo); máquina fotográfica (1); filmes fotográficos (6), som (portátil 3x1); retro projetor (1); lâminas (10), lã colorida (12 novelas),

televisor 20" (1), vídeo cassete (1), folhas de ofício (1500), rolo de papel craft (100 m), blocos de anotação (500), tesouras (12).

Projeção para as equipes multidisciplinares

Estimativa do N.º de repres. por órgão		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª	9.ª	10.ª	11.ª	12.ª	Total
Polícia Civil	4 turmas de 3 repres. 8 turmas de 4 repres.	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	44
Polícia Militar	3 turmas de 14 repres. 9 turmas de 15 repres.	14	14	14	15	15	15	15	15	15	15	15	15	177
Bombeiros	9 turmas de 2 repres. 3 turmas de 3 repres.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	27
Saúde	1 turma de 6 repres. 11 turmas de 7 repres.	6	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	83
Escolas	7 turmas de 5 repres. 5 turmas de 6 repres.	5	5	5	5	5	5	5	6	6	6	6	6	65
Creches	7 turmas de 3 repres. 3 turmas de 2 repres. 2 turmas de 1 repres.	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	1	1	29
Conselho Tutelar	7 turmas de 1 repres.	1	1	1	1	1	1	1						7
Guarda Municipal	5 turmas de 4 repres. 7 turmas de 5 repres.	4	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	55
Total		38	39	39	40	41	42	42	41	41	42	41	41	487

C.3. Articulação da rede pública de apoio

Outro importante fator é a articulação da rede pública de apoio visando um trabalho integrado, em lugar do desperdício de esforços.

C.4. Criação de serviços de ajuda aos agressores

Dentre as estratégias de apoio, encontra-se o apoio aos agressores, uma vez que a violência doméstica não diz respeito apenas às mulheres. É importante que os agressores compreendam o seu comportamento violento e que os ajudemos a mudar esse padrão violento de conduta.

C.5. Criação de serviços de ajuda psicológica às mulheres e crianças em situação de violência

Se os agressores necessitam de ajuda, as mulheres em situação de violência precisam de muito mais ainda, para romper o ciclo da violência e recuperar a auto-estima, uma vez que, como comprovam estudos especializados, os danos psicológicos e emocionais causados pela violência são graves e é grande a dificuldade de superar sozinha o problema.

C.6. Criação e articulação da rede de apoio da sociedade civil

Identificar e sensibilizar as instituições da sociedade civil que integrarão a rede (por exemplo, farmácias, SIM, clube de mães, igrejas, centros comunitários, associação de moradores, mídia local -rádio comunitária da Restinga) é importante, para que se crie solidariedade social e se transformem comportamentos-padrão, relativos à violência doméstica.

C.7. Campanhas de educação sobre violência contra a mulher e as crianças

A estratégia de campanhas visa não só buscar o apoio dos veículos de comunicação de massa, mas também o uso dos equipamentos existentes na comunidade, como, por exemplo, a rádio comunitária da Restinga, grupos culturais, eventos específicos (por exemplo, a semana da Restinga), etc. Essa estratégia é fundamental para romper com a idéia de que a violência doméstica é um problema das mulheres. As campanhas ajudam a criar novos padrões comportamentais.

C.8. Disque Mulher

A criação de um número do tipo 190 ou 0800, para recebimento/escuta e encaminhamento das denúncias de violência contra as mulheres e crianças, permitirá que as mulheres denunciem as agressões sofridas e que aqueles membros da comunidade que tenham conhecimento de casos de violência, mas tenham receio, não saibam ou não tenham a quem recorrer, cumpram seu dever cívico de solidariedade, sem correr riscos.

C.9. Criação de um Centro de Referência

Trata-se de um fórum que integra Estado e sociedade, na identificação de problemas, formulação de políticas tópicas, acompanhamento sistemático de sua implantação e avaliação regular para o monitoramento do processo, vale dizer, para a retroalimentação corretiva, garantida a participação e a transparência.

C.10. Formação de um Banco de Dados ou Cadastramento unificado do atendimento à mulher ou criança em situação de violência

A criação de um banco de dados integrado permitirá um melhor planejamento das atividades, um diagnóstico da situação de violência, bem como uma avaliação dos serviços prestados.

D. Equipamentos mapeados na Restinga:

47 equipamentos na Restinga Nova e Velha: 1.125 pessoas

Polícia Civil: 44

Polícia Militar: 177

Bombeiros: 27

Saúde: 83

Escolas: 650

Creches: 137

Conselho Tutelar: 7

E. Somente equipamentos da Restinga Velha: 487 pessoas

Polícia Civil: 44

Polícia Militar: 177

Bombeiros: 27

Saúde: 83

EMMQ: 65

Creches Paulo Freire: 29

Conselho Tutelar: 7

Guarda municipal: 55

Listagem dos equipamentos/instituições da Restinga

Listagem dos equipamentos/instituições da Restinga			
	Endereço	Nº. de agentes envolvidos	Características
1. Ass. de Moradores ACOBREV	R. Tobago, 258 – Restinga Velha.	-	-
2. Ass. de Moradores da Amovir	R. Oscar de oliveira Ramos, 383.	-	-
3. Ass. de Moradores do Barro Vermelho	R. Arno Norq, 232.	-	-
4. Ass. de Moradores da Santa Rita	R. Tobago, 570 – Restinga Velha Fone.: 3250.9204.	-	-
5. CAR	R. Antônio Rocha Meirelles Leite, 50 F.: 3250.1206.	10 pessoas	-
6. Cecores	R. Nilo Wolff, 900 Fone: 32.50.11.15.	30 pessoas	-
7. Centro de Promoção do Menor (CPM)	R. Mississippi, 30 – Restinga Velha F.: 32.50.12.77.	28 funcionários	Estão divididos com a creche Jesus Menino
8. Conselho Tutelar	R. Eugênio Rodrigues, 4950, 4ª un. Fone/fax: 3250.1515.	7 pessoas	5 conselheiros e 2 estagiários
9. Creche Ananda Marga - 1ª Unidade	Alameda "D", nº 84. Restinga Nova. Fone: 3248.4834.	Coordenadora: Cleida Dirigente: Didi	-
10. Creche Ananda Marga - 2ª Unidade	Acesso "O", 2051 – Restinga Nova.	mais ou menos 9	-
11. Creche Ananda Marga - Antiga Rua "I" (AMURT-AMURTEL)	R. Manoel Faria da Rosa Primo, 779 – Vila "S" -Restinga Velha. Cep: 91790-670.	mais ou menos 9	-
12. Creche Ananda Marga - Antiga Rua "U"	R. José de Abreu Fraga, Restinga Velha -Cep 91790-000.	mais ou menos 9	-
13. Creche Barro Vermelho	R. Luiz Antônio Zanella, 995 Barro Vermelho. Fone: 98.83.55.45	Dirigente: Alda	-
14. Creche Comunitária Santa Rita	R. Tobago, 570 – Restinga Velha Fone.: 32.50.92.04	Coordenadora: Su (Alcione) Dirigente: Gilberto C. de Aguiar	-

15. Creche Jesus Menino	R. Mississipi, 30 – Restinga Velha F.: 32.50.12.77	28 funcionários	Estão divididos com o Centro de Promoção da Criança
16. Creche maternal Arco-Íris	R. Tobago, 1.258 – Restinga Velha.	Coordenadora: Aurea Dirigente: César P. de Castro	-
17. Creche Pe. Pedro Leonardi	Estrada Barro Vermelho, 542 – Restinga Velha Fone: 32.50.50.08	Coordenadora: Irmã Talita Dirigente: Antonietta Viviani	-
18. Creche e pré-escola Amovir	R. Oscar de Oliveira Ramos, 383.	-	-
19. Delegacia de Polícia	R. João Antônio da Silveira, 2145 f.: 250.11.33	44 policiais	4 delegados
20. Destacamento Especial da Restinga	R. Walter Peracchi Barcellos, s/nº – f.: 32.50.12.84/12.65 4ª Unidade – Restinga Nova.	177 policiais militares	1 Tencel., 3 Maj., 7 Cap., 4 1º Ten., 8 1º Sgt., 4 2º Sgt., 6 3º Sgt., 19 Cabos e 125 Soldados.
21. E.M. Dom Luiz de Nadal	Extremo Sul – R. Dr. Carlos Niederaurer Hoffmeister, 808 – Vila Restinga Cep: 91790-020 F.: 32.50.17.10	Diretora: Denise Neglia da Luz 36 pessoas	7 professores, 11 funcionários, 2 Cootrapiva e 16 monitores.
22. E.M. Florência Vurlod Socias	Extremo Sul – Acesso 1, s/n – Vila Nova Restinga. Cep: 91790-530 F.: 3250-1703	Diretora: Lourdes Souza de Carvalho. 44 pessoas.	10 professores, 14 funcionários e 2 monitores.
23. E.M. Lidovino Fanton	Extremo Sul – R. Manoel Faria da Rosa Primo, 940 Vila Sta. Rita – Restinga Velha - Cep: 91790-670 Fone: 3250-1702	Diretor: Adílson Neumann	69 professores, 6 funcionários e 12 Cootrapiva.
24. E.M. Paulo Freire	Extremo Sul – Av. Meridional, s/n. CEP: 91790-400 Fone: 32.50.24.30.	Diretora: Maria Aparecida Viale Pinheiro. 29 pessoas.	4 professores, 10 funcionários, 3 Cootrapiva e 12 monitores.
25. E.M. Vila Nova Restinga	Extremo Sul – R. Álvaro Defim, 480 – Restinga Nova CEP: 91790-560 Fone: 32.50.16.00.	Diretora: Magda Rejane dos Santos Feitosa. 45 pessoas.	10 professores, 13 funcionários, 4 Contrava e 18 monitores.
26. E.M. Dolores Alcaraz Caldas	Extremo Sul – R. Dr. Carlos Niederaurer Hoffmeister, 85 Cep: 90790-020 F.: 32501609	Diretora: Rosane Graziadei Hofmeister. 101 pessoas.	75 professores, 20 funcionários, 6 Cootrapiva.
27. E.M. Mário Quintana	Extremo Sul – Acesso C s/n – Vila Castelo – Restinga Velha. Cep: 91900-000. Fone: 32.50.50.21	Diretora: Maria do Caramo de Souza. 65 pessoas.	45 professores, 5 funcionários e 15 Cootrapiva.
28. E.M. Prof. Larry José Alves	Extremo Sul – Av. Economista Nilo Wulff, s/n – Restinga Nova. Cep: 91790-000 F.: 3250-1656	Diretora: Maria Helena Gonçalves Pacheco. 62 pessoas.	45 professores, 14 funcionários e 3 Cootrapiva.
29. E.M. Senador Alberto Pasqualine.	Extremo Sul – R. Tenente Arizoly Fagundes, 250 – Restinga Nova Cep: 91790-520 F.: 32501648	Diretora: Marisa Pinto Pereira. 104 pessoas.	82 professores, 20 funcionários e 2 Cootrapiva.
30. E.M. Vereador Carlos Pessoa de Brum.	Extremo Sul – Rua da Abolição, s/n – Restinga Velha. Cep: 91790-130 Fone: 32.50.16.98.	Diretora: Lourdes Maria Borrím. 98 pessoas.	76 professores, 20 funcionários e 2 Cootrapiva.
31. E.M. Especial Tristão S. Viana.		-	-
32. Escola de Samba Estado Maior da Restinga.	João Antônio da Silveira, 2239	-	-
33. Escola de Samba União da Tinga.	Álvaro Defini, s/ nº	-	-
34. Extra-classe Monteiro Lobato.	R. Dr. Carlos L. Hoffmeister, 962 F.: 32.50.11.54	-	-
35. Fórum	R. João Antônio da Silveira, 2545. Fone: 3250.1097 - FAX: 3263.2983.	40 pessoas.	Funcionários, estagiários de direito, advogados e juízes.
36. Igreja Católica Nª Sra. da Misericórdia.	R. João Antônio da Silveira, 2232 – Restinga Nova Fone.: 32.50.15.59	-	-
37. Posto da BM	R. João Antônio da Silveira, s/ nº, F.: 32.50.12.65	177 policiais militares.	(efetivo total da companhia na Restinga)
38. Posto Médico de Emergência (ULBRA).	R. Álvaro Difini, s/nº, F.: 32.50.14.11	-	-

39. PSF Chácara do Banco	R. Travessa "F", nº 20, Chácara do Banco. Fone: 32.50.54.22	7 pessoas.	1 médica, 2 enfermeiros e 4 agentes de saúde.
40. PSF Vila Castelo	R. João Antônio da Silveira, s/nº F.; 32.50.12.22	7 pessoas.	1 médica, 2 enfermeiros e 4 agentes de saúde.
41. Rádio Comunitária.	R. Nilo Wolff, 900 – Fone: 32.50.11.15	10 pessoas.	-
42. SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.	R. Nilo Wolff, 900 – Fone: 32.50.11.15	-	-
43. Serv. Renascer da Esperança.	Av. Nilo Wolf, 919 – Restinga Nova F.:32.50.81.00	-	-
44. SIM - Serv. De Informação à Mulher	R.7.113, 15	-	-
45. Unidade de Bombeiros.	R. João Antônio da Silveira, 2590 – f.: 32.50.17.49	27 pessoas.	Um 1º. Tenente e 26 praças. (sargentos, cabos e soldados)
46. US Macedônia.	R. Macedônia, s/ nº Fone: 32.50.10.43	25 pessoas.	-
47. US Restinga.	R. Abolição, 850 – Fone: 32.50.11.42	44 pessoas.	Equipe de saúde mental

VIII. Quarto Foco: a reinserção comunitária dos egressos do sistema penitenciário

Um problema grave é a reincidência criminal. As taxas brasileiras são elevadíssimas. Se nossas penitenciárias são incapazes de ressocializar, os apenados retornam ao convívio social municiados pelo ressentimento, a *expertise* criminal aperfeiçoada, sem perspectivas de emprego, menos ainda qualificação profissional que lhes abrissem portas para carreiras futuras, sem documentação apropriada e sem mediações que lhes preparem um acolhimento positivo na volta à família e à antiga rede de relações. Tudo conspira contra a recuperação e a integração construtiva. Portanto, apoiar esse retorno produzirá benefícios tanto para os egressos do sistema penitenciário quanto para a sociedade, na medida em que reduzirá as oportunidades de reincidência.

O projeto ainda está em processo de elaboração, em parceria com os colegas do COC, sob a direção de Miriam Guindani, e conta com a participação do Prof. Helio Raimundo Santos Silva, da pós-graduação em criminologia da PUC-PoA. Os primeiros passos já estão sendo dados, graças ao convênio entre o COC e a PUC. O sucesso desse empreendimento dependerá da profundidade e da extensão que adquirir a cooperação entre as instituições do Estado e do Município.

A originalidade do projeto está no fato de que, ao contrário do que sempre se fez, o trabalho com o preso ou a presa começará antes que ele ou ela deixe a penitenciária. Desse modo, vínculos de lealdade poderão ser constituídos entre os agentes do projeto e os apenados, os quais, por outro lado, encontrarão um caminho bem pavimentado para os momentos mais difíceis e decisivos do retorno. Essa solução tem se comprovado surpreendentemente eficiente nos Estados Unidos, nos últimos anos.

**IX. Studio experimental multimeios ou estação popular de invenção cultural:
uma janela para outro mundo possível.**

Ruptura reflexiva, metalinguagem e reconhecimento.

O studio experimental multimeios, cujo piloto será construído na Restinga, reunirá um laboratório de Informática e um núcleo de registro e difusão eletrônica, visual e sonora, em tempo real, de espetáculos, peças jornalísticas e programação original, produzidos pela prefeitura de Porto Alegre e realizados por estudantes e jovens porventura alheios ao universo escolar.

Para combater a violência urbana com alguma chance de êxito, atuando administrativamente na esfera municipal, isto é, em um âmbito institucional restrito, desprovido do controle sobre as polícias, é necessário, como vimos, aplicar políticas preventivas capazes de produzir efeitos imediatos e racionalmente orientadas para os focos identificados por diagnósticos consistentes.

O foco prioritário das dinâmicas criminais em curso no município de Porto Alegre, conforme assinalado acima, é o tráfico de drogas e armas, cujo varejo instala-se nas vilas mais pobres. Tomo a liberdade de repetir o argumento, para facilitar uma apresentação mais precisa desse projeto. O tráfico opera recrutando jovens, sobretudo meninos. Para recrutá-los, são oferecidas vantagens de dois tipos: materiais e simbólico-afetivas. Os benefícios materiais resumem-se a remuneração –aliás, superior à disponível no mercado, quando há acesso ao mercado de trabalho (o que nem sempre é o caso). Os benefícios simbólico-afetivos incluem experiências e valores tais como: acolhimento, pertencimento, valorização da autoestima, reforço narcísico, autoridade, respeito, lugar e significado sociais, importância gregária e funcional. Essas experiências e esses valores sintetizam-se na posse da arma, ícone de virilidade e potência, graças a cujo uso os meninos, antes negligenciados na vida social, rejeitados pela família e pela sociedade, tratados com indiferença, reduzidos a seres quase invisíveis, recuperam visibilidade e presença, impondo medo e obediência. O uso criminoso da arma constitui recurso simbólico -certamente perverso, destrutivo e autodestrutivo- na dialética da autoconstituição subjetiva, instrumentalizando o fortalecimento da autoestima, ainda que em um movimento negativo de construção identitária pelo avesso.

Se o tráfico opera desse modo multidimensional e se o nervo de nosso problema é sua estratégia de cooptação e reprodução, envolvendo a juventude (a forma de

participação das meninas requer considerações específicas), o poder público municipal deveria definir sua própria estratégia como a competição com o tráfico por cada jovem. Devemos disputar menino a menino (e menina) com o tráfico e seu engenhoso mecanismo de alimentação e destruição. Para que a administração municipal se credencie a competir, é indispensável preparar-se para atuar nas duas dimensões: material e simbólico-afetiva. Precisa oferecer vantagens materiais correspondentes às proporcionadas pelo tráfico, via projetos de emprego e renda, e capacitação profissionalizante, mas não pode abster-se de oferecer benefícios de natureza simbólica, que substituam a arma por instrumentos positivos, cidadãos e pacíficos de autoconstituição subjetiva e restituição de presença social. Esses benefícios têm de dialogar com o imaginário jovem, sabendo capturá-lo. Por isso, devem traduzir-se em linguagem compatível com os desejos da “gurizada”, ou seja, em programas ligados a computação e internet, hip-hop, música, teatro, dança, esporte, arte e mídia. E mais: para que o desafio da “invisibilidade” (humana e social) seja enfrentado, quer dizer, para que o reforço narcísico compense a discriminação e as experiências de rejeição, geradores de processos subjetivos de autodesvalorização, é necessário empregar recursos metalinguísticos, para que as experiências de fruição, expressão, virtuosismo ou aprendizado, na cultura, na tecnologia e no lazer, não se restrinjam à imediaticidade da própria vivência e venham a ser devolvidas à consciência dos seus protagonistas sob a forma do reconhecimento, da reafirmação positiva, da confirmação, da admiração coletiva e virtual, emblematicamente sintetizada na presença de um auditório virtual.

Por isso, há uma diferença significativa entre um jogo de futebol e o mesmo jogo complementado por entrevistas, mesas redondas e gravação de momentos do jogo, os quais seriam transmitidos para uma platéia virtual. A introdução dessa presença virtual, desse outro coletivo, indiretamente presente, ou seja, cuja presença é mediada pelos instrumentos eletrônicos de comunicação visual e sonora, representa a duplicação potencialmente reflexiva e narcisicamente revigorante da experiência –de uma experiência em si mesma gregária, positiva e educativa (o jogo implica disciplina, respeito a regras iguais para todos e, portanto, introjeção do princípio de equidade).

A construção de um studio multimeios é o primeiro passo para que as iniciativas nas áreas do esporte, da cultura, da suplementação escolar e da capacitação para a fruição da computação/internet, encontrem uma estação materialmente adequada e para que sua realização se desdobre na reflexividade narcisicamente revitalizante da metalinguagem midiática.

Paralelamente, é fundamental dotar esse studio de uma personalidade visual e arquitetônica inconfundível, para que o princípio matricial de nosso programa de combate à violência seja simbolicamente sintetizado e possa ser comunicado ao país - sob o modo da unidade gestáltica de um modelo concreto-, devolvendo aos jovens, já na própria inscrição material do programa, a imagem de si reconstituída sob o registro da esperança.

IX.1. Descrição dos ambientes

Inicialmente trabalha-se com a hipótese de configurar uma sala especializada que possibilite o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Criação de Site do Studio da Restinga, o qual poderá conter informações sobre eventos a serem desenvolvidos pela comunidade;
- Produção de eventos a serem transmitidos pela Internet (em tempo real ou pré-gravados);
- Produção, edição montagem e gravação de mídias.
- Treinamento a ser ministrado por técnicos da Procempa, bem como por outras entidades com objetivo de capacitar monitores das comunidades que farão o papel de replicadores do conhecimento.

IX.2. Equipamentos de informática

Equipamentos	Quantidade	Descrição	Preço unitário	Preço total
Microcomputadores	10	Pentium III, 800 MHz com SD-RAM 128Mb	R\$ 5.000,00	R\$ 50.000,00
Servidor Web/Mídia	1	Pentium III, 800 MHz com SD-RAM 128Mb, HD 20 Gb,	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Placas de Captura	2	MPEG 2	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00
Filmadora Digital	2	Super VHS-C	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00
Equipamento Multifuncional	1	Fax, impressora, Copiadora, scanner.	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Gravador de cd	2		R\$ 750,00	R\$ 1.500,00
No Break	1	No break de 02 Kva	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Softwares Multimídia		Softwares para edição Audio/vídeo	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Microfones	3	Comum fixo	R\$ 300,00	R\$ 900,00
Microfones S/Fio	2	Microfones de Lapela	R\$ 400,00	R\$ 1.200,00
Vídeo Cassete	1	Vídeo Cassete VHS	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Mesa de Edição	1	MX-PRO DV 4 entradas Analógicas e 2 digitais	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Televisão 29"	2		R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00

Sistema de Som	1	Amplificador 300 W RMS, 4 caixas 75 W	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
TOTAL				R\$ 112.700,00

X. Biografias Futuras

O distanciamento que torna possível interpretações críticas sobre a experiência e estimula o desenvolvimento de práticas reflexivas depende da educação formal, mas também do exercício criativo continuado, proporcionado pelo convívio cotidiano com os jogos simbólicos e valorativos da cultura popular. A introjeção de princípios normativos requer sua interpenetração com símbolos apreciados, linguagens inteligíveis e emoções positivas. Essa qualificação afetiva, que garante a absorção das normas sociais, decorre, por sua vez, do estabelecimento de relações positivas com *outros significativos*, reais ou imaginários, ídolos ou *deuses*, pais ou líderes exemplares, aqueles que constituem referências afetivas. Esses modelos servirão de ancoragem afetivo-simbólica para a assimilação dos elementos matriciais da moralidade ou das estruturas éticas constitutivas de nossa tradição.

O processo de produção desse distanciamento, por sua vez, pode ser acionado por inúmeros dispositivos de subjetivação. Gostaria de sublinhar a importância de um deles: a imaginação ficcional, a ficcionalização da vivência, a reinvenção narrativa e imagética do material acumulado no repertório ordinário. Por isso, o estímulo à criação ficcional pode ser um componente relevante de um programa anti-violência, particularmente em um contexto como o nosso, marcado pela exclusão da juventude e por sua invisibilização social. O exercício da ficcionalização torna-se ainda mais significativo, quando exige o manejo da linguagem escrita e a prática complementar da leitura, ou o aprendizado de outras linguagens, mediadas por tecnologias cujo controle favorece acesso a postos no mercado de trabalho. Torna-se ainda mais importante, o exercício ficcional, se for dirigido à elaboração imaginária, mas nem por isso menos reflexiva, do próprio destino social e individual. Daí a proposta, que está sendo encaminhada à SMED e à SMC, para que as escolas da rede municipal e uma oficina cultural específica invistam no projeto das biografias futuras, solicitando aos alunos que imaginem seus futuros, que pensem suas biografias futuras desejáveis, numa outra vila possível, numa outra sociedade possível, e que discutam suas idéias, e que as descrevam em narrativas que serviriam de base para breves montagens teatralizadas, as quais seriam registradas em vídeo e transmitidas pela *web*, através do *studio experimental*, ensejando a valorização dos jovens autores e personagens, e a difusão de diálogos múltiplos e ricos sobre o material dos sonhos de futuro, os valores subjacentes, os pressupostos culturais, ético-morais e políticos.

XI. Circuito da Paz

Os grupos de hip-hop e outros jovens ligados à criação musical nas vilas serão integrados a um circuito de exposições periódicas, nas diversas regiões da cidade, a começar pela Restinga. O Studio constituirá também um canal privilegiado para a difusão da produção cultural da juventude pobre comprometida com a paz e a cidadania.

XII. Esporte, jogo e a educação para uma sociabilidade democrática

São conhecidas as virtudes do esporte para a educação cívica democrática. Os jogos, sobretudo os coletivos, mas não apenas, além de serem objeto de desejo dos jovens e de abrirem janelas de oportunidades profissionais, representam espaços privilegiados para o aprendizado do sentido positivo da cooperação, combinada à liberdade individual e à criatividade; do significado positivo da equidade, representada pelo caráter imperativo das regras, válidas, igualmente, para todos; e do valor insuperável seja do respeito aos outros, mesmo no contexto da competição, seja do trabalho permanente, dedicado, mesmo no contexto da diversão e do prazer lúdico.

Além disso, o esporte, assim como as atividades culturais criativas, oferece condições para o exercício dos virtuosismos que proporcionam, aos jovens, a vivência do reconhecimento, do acolhimento, da autoconstrução subjetiva, da valorização da autoestima, da afirmação do narcisismo, em sua dimensão positiva. A aplicação dos meios de comunicação tornados disponíveis através do Studio fará das práticas esportivas o palco de uma interação virtual ampla e difusa, capaz de exponenciar o potencial valorizador assinalado.

XIII. Artes Marciais

Entre os esportes, talvez as artes marciais se destaquem como as mais adequadas e eficientes na educação para a paz e na edificação de normas cívicas, solidárias e respeitadas de sociabilidade. Exigindo virtudes físicas, força, coragem, envolvendo risco, requerendo disciplina estrita, as artes marciais funcionam como instâncias de ordenação construtiva do espírito agonístico e das práticas lúdico-confrontacionais, sem os quais não há juventude, não há afirmação de espaços subjetivos de autonomia, não prosperam individualidades maduras. A violência é a exacerbação do exercício natural e -dependendo do contexto, dos limites, das formas e dos meios- positivo da dimensão agonística das interações humanas, sobretudo nos momentos constitutivos da infância e da adolescência. A exorbitância é fruto da intensidade e da ansiedade com que a insegurança é vivida. Quão mais seguro, mais reconhecido em suas virtudes, mais acolhido em suas fraquezas, faltas e imperfeições, menos agressivo tenderá a ser o jovem. O desempenho disciplinado das artes marciais reduz a insegurança, na exata medida em que municia seu praticante de recursos excepcionais de enfrentamento físico. Além disso, o treinamento é indissociável da apreensão de normas sociais que valorizam a paz e o respeito mútuo. Por isso, estamos investindo em um projeto de difusão das artes marciais, criando cursos, inicialmente na Restinga, graças ao engajamento de professores-atletas voluntários. A receptividade do(a)s jovens [e não só dele(a)s] é superior à mais otimista das expectativas.

Os integrantes voluntários do projeto Unidos pela Paz, de artes marciais, iniciado na Restinga, são os seguintes:

- Prof. Rubilar Carvalho: Brigada Militar, faixa-preta em Taekwondo, perito em defesa pessoal, instrutor de defesa pessoal da academia de polícia militar, ministrou curso de defesa pessoal na ACADEPOL, filiado a F.G.TKD, C.B.TKD, W.T.F., atualmente cedido ao Gabinete do Prefeito Tarso Genro e à equipe da consultoria;
- Prof. Wanderlei Ferrero Brum: faixa-preta em Full Contact, é cabo da Brigada Militar, lotado no destacamento da Restinga, filiado à Federação Gaúcha de Full Contact, especializado como Atleta e Educador;
- Prof. Alfredo Brandini: Faixa-preta de Taekwondo, é cabo da Brigada Militar, lotado na companhia independente de Charqueadas, filiado à Federação Gaúcha, Confederação Brasileira e Federação Mundial de Taekwondo, atualmente técnico da seleção Gaúcha de Taekwondo;

- Marcelo, Alexandre e Rodrigo: mestres de capoeira, educadores e atletas;
- Prof. Paulo Cesar Cabistani: faixa-preta de Full Contact, é funcionário do jornal Correio do Povo, filiado à Federação Gaúcha de Full Contact, especializado como Atleta e Educador.

Apoio:

- Maria do Carmo: diretora da escola Mário Quintana, Restinga;
- Adilson Neumann: diretor da escola Ludovino Fanton, Restinga;
- Celso Carvalho: mestre responsável pela coordenação técnica da Federação Gaúcha de Taekwondo;
- Vinicius Cariglia: Presidente da Federação de Full Contact;
Enildo Pacheco: mestre, presidente da Federação Gaúcha de May Tay e mestre de Taekwondo.

Coordenação geral: Prof. Rubilar Carvalho

Contamos na primeira quinzena em torno de 150 alunos de todas idades: crianças, jovens e adultos.

ESCOLA MÁRIO QUINTANA

	Horário	Modalidade
Segundas	19:00	Capoeira
Quartas e Sextas	19:00	Full Contact
Terças e Quintas	19:00	Taekwondo
Sábados	15:00	Capoeira

Escola Ludovino Fanton

	Horário	Modalidade
Segundas	19:00	Full Contact Taekwondo
Quartas	10:00 19:00	Full Contact Taekwondo e Capoeira
Sábados	10:00	Capoeira

XIV. Transversalidade geracional e revalorização dos laços familiares

A maternidade precoce e a demissão da paternidade, por parte dos meninos, pais precoces, constituem um dos maiores problemas sociais geradores de condições que, segundo pesquisas internacionais, são fontes potenciais da violência. Se combinarmos violência doméstica, contra mulheres e crianças, com maternidade e paternidade precoces, teremos os ingredientes talvez mais importantes para a geração da violência, até porque sintetizam fatores estruturais de indiscutível relevância, como as desigualdades econômicas, a exclusão social, a falta de perspectivas no mercado de trabalho e a ambivalência dramática da sociedade brasileira: convocação (subjetiva) ilimitada para o consumo hedonista e interdição prática (objetiva) ao acesso universal.

Esse quadro exige intervenção urgente e drástica dos poderes públicos. Entre as medidas imediatamente possíveis estão o apoio aos jovens pais e uma campanha pela paternidade & maternidade responsáveis.

Esse apoio será oferecido, nos termos do projeto aqui exposto e já (a partir do dia 25 de setembro) em início de implantação na Restinga (ainda que, no futuro, possa evoluir para caminhos profissionalizados e institucionalizados, ainda que em parceria com a organização voluntária, para que essa dimensão jamais se perca), por idosos voluntários, especialmente treinados por profissionais do Projovem, da Secretaria Municipal de Saúde, que se reunirão, semanalmente, sob supervisão dos técnicos, com mães jovens (no futuro, também pais serão incorporados ao projeto), desejosas desses encontros (no primeiro momento, as selecionadas serão estudantes da escola Mário Quintana), nos quais, mais que a ajuda concreta, será central a oportunidade de uma escuta qualificada, acolhedora e responsabilmente orientadora.

A campanha pela maternidade & paternidade responsável deve dar-se nos seguintes termos: **toda forma de amor vale a pena, desde que seja com responsabilidade**. É preciso acolher as crianças, afetiva e materialmente, o que exige a criação prévia de condições apropriadas, materiais e afetivas ou psicológicas (intersubjetivas). Até hoje, apenas os conservadores focalizaram culturalmente o problema, oferecendo à sociedade, sobretudo aos jovens, uma estrutura de inteligibilidade e um código axiológico voltados para a valorização dos laços primários. Sua virtude foi focalizar o tema e valorizar os laços primários de afeto e responsabilidade. Seu equívoco foi fazê-lo idealizando e reificando a família em sua forma tradicional, segundo o modelo conjugal heterossexual, de corte patriarcal. Afinal,

como sabemos, hoje, à exaustão, o modelo tradicional de família não oferece garantia de equilíbrio emocional ou de estabilidade moral, tendo sido fonte de agressões trágicas contra mulheres e crianças, deformando gerações de jovens e produzindo o resultado que constitui nosso legado: a degradação da sociabilidade e a expansão da violência. Portanto, há uma extraordinária oportunidade para os que defendemos a tradição humanista libertária. Oportunidade de assumir a bandeira da valorização do afeto, da acolhida familiar das crianças e dos adolescentes, da paz doméstica e da responsabilidade pelas crianças, sem que essa valorização implique qualquer adesão restritiva a um modelo ou outro de sexualidade ou convívio amoroso. O ponto chave é a dissociação entre acolhimento afetivo dos mais jovens -enquanto responsabilidade dos mais maduros, que se unem pelo amor- e formato institucional do casamento, ou forma da vida privada, ou estrutura da conjugalidade, ou escolha do padrão de relacionamento sexual.

XV. Guarda Municipal

A Guarda Municipal é o único instrumento institucional diretamente ligado à segurança pública, subordinado ao governo municipal. Por isso, tratá-la, no âmbito da elaboração de uma política municipal de segurança pública requer atenção especial, metodologia particular e um investimento prioritário. Essas são as razões pelas quais a COPPE-UFRJ, única instituição brasileira que já realizou diagnóstico institucional de órgão da segurança pública, na perspectiva da formatação de modelos de reforma, está servindo à Prefeitura de Porto Alegre para, em parceria com esta consultoria, apresentar uma proposta modular, realista mas orientada para o aperfeiçoamento gradual, na direção de um novo paradigma.

XVI. Na Restinga

Esse documento é um primeiro elenco de sugestões para a fixação institucional da política de segurança municipal. Essa política que proponho deve ter a forma de um programa integrado e sistêmico, que articula diversos projetos multissetoriais e pluri-dimensionais, inscrevendo-se na matriz do governo, atualizando princípios ético-políticos permanentes, cuja meta prioritária é a redução da violência e da criminalidade, sobretudo da criminalidade violenta, e cujos efeitos indiretos são: a eliminação da exclusão; a expansão da cidadania (ampla aplicação de seus direitos e deveres) como experiência coletiva da sociabilidade enquanto liberdade; a promoção do respeito à dignidade humana e da solidariedade; a redução da injustiça estrutural e a promoção do desenvolvimento econômico-social em bases crescentemente democráticas.

Estamos iniciando a implantação de um projeto piloto na Restinga. Do piloto constam:

- (1) Curso de sensibilização dos agentes públicos sobre violência doméstica (contra as mulheres e as crianças)
- (2) Studio multimídia – estação popular de invenção cultural: construção, organização, programação
- (3) circuito da paz
- (4) biografias futuras
- (5) Idosos e mães jovens – encontros regulares para uma escuta acolhedora e campanha pela paternidade&maternidade responsáveis.
- (6) Matriz de gerenciamento integrado
- (7) Esporte: ampliação de espaços, treinamento de multiplicadores e introdução das artes marciais
- (8) Transversalidade – cidade solidária

Desejamos também apoiar todas as iniciativas das secretarias municipais e das entidades que atuam na Restinga, assim como aprofundar a construção, já em curso, de mecanismos de *diálogo entre as unidades locais do governo municipal e os comandos das polícias*.